



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

RITA DE CÁSSIA CRUZ PINTO

**O ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO
NO ESTADO DO CEARÁ E O DESEMPENHO DA APRENDIZAGEM NA EEEP
ADRIANO NOBRE: PERSPECTIVAS E DESAFIOS**

FORTALEZA
2021

RITA DE CÁSSIA CRUZ PINTO

O ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO NO
ESTADO DO CEARÁ E O DESEMPENHO DA APRENDIZAGEM NA EEEP ADRIANO
NOBRE: PERSPECTIVAS E DESAFIOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Avaliação de Políticas Públicas. Área de concentração: Avaliação de Políticas Públicas.

Orientadora: Profa. Dra. Elione Maria Nogueira Diógenes.

FORTALEZA

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- P731e Pinto, Rita de Cássia Cruz.
O ensino da educação profissional integrada ao ensino médio no estado do Ceará e o desempenho da aprendizagem na EEEP Adriano Nobre : perspectivas e desafios / Rita de Cássia Cruz Pinto. – 2021.
98 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza, 2021.
Orientação: Prof. Dr. Elione Maria Nogueira Diógenes.
1. Política educacional. 2. Ensino médio. 3. Educação profissional. 4. Formação integral. 5. Ensino. I. Título.

CDD 320.6

RITA DE CÁSSIA CRUZ PINTO

O ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO NO
ESTADO DO CEARÁ E O DESEMPENHO DA APRENDIZAGEM NA EEEP ADRIANO
NOBRE: PERSPECTIVAS E DESAFIOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Avaliação de Políticas Públicas. Área de concentração: Avaliação de Políticas Públicas.

Aprovada em: 25/11/2021.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Elione Maria Nogueira Diógenes (Orientadora)
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Prof. Dr. Gil Célio de Castro Cardoso
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Sandra Regina Paz da Silva
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Dedico este trabalho à minha mãe, minha
inspiração para ingresso no mundo da
educação e modelo de profissional exemplar.

AGRADECIMENTOS

À equipe do PPGAPP, pelo suporte logístico e acadêmico e por toda a paciência durante as preciosas contribuições a este trabalho.

À minha orientadora, Profa. Elione Diógenes, pela confiança e apoio nos momentos difíceis de concretização deste momento.

À equipe de professores, pela dedicação, qualidade e responsabilidade na condução das atividades docentes, pela confiança e suporte durante os momentos difíceis deste processo e por toda a atenção e carinho demonstrados.

Aos membros da Banca Examinadora, pelas valiosas observações e questionamentos na fase de qualificação.

Aos colegas da turma de mestrado, pela parceria e paciência, pela cumplicidade partilhada durante o curso, e aos colegas de outros cursos, com os quais cursei disciplinas, pelas discussões, aprendizado, sugestões e boas gargalhadas.

Aos gestores, coordenadores de curso, professores e alunos da escola profissional pesquisada, pela valorosa contribuição na construção das ideias presentes neste trabalho.

À minha mãe, Liduina, e ao meu irmão, Ricardy, pelo companheirismo e pelo suporte, compreensão e apoio às minhas escolhas.

A Deus, por ter tanto a agradecer.

RESUMO

Este texto apresenta os resultados da pesquisa realizada no campo da avaliação de políticas públicas, especificamente das políticas educacionais. Explicita-se a contribuição do ensino aplicado na política de educação profissionalizante integrada ao ensino médio do estado Ceará no tocante ao resultado do desempenho da aprendizagem dos alunos nas avaliações externas, como a do Enem, em âmbito nacional, possibilitando o ingresso dos jovens na universidade. Realizou-se, inicialmente, pesquisa documental acerca dos documentos orientadores que regem o ensino realizado nessas instituições para um estudo sobre a proposta implementada nas escolas estaduais de educação profissional do Ceará. A partir dessas ações, aplicamos questionários voltados à gestão, docentes e discentes da EEEP Adriano Nobre. A ideia foi compreender como esse novo tipo de ensino médio tem ajudado os jovens egressos quanto ao sucesso alcançado nas avaliações externas. Os documentos revelam uma proposta de preparação para o trabalho e formação humanizada como princípios básicos na realização da oferta de ensino nas EEEPs no Ceará. Destacamos como os novos conceitos se integram nesse processo de ensino e aprendizagem e direcionamos o olhar na ressignificação da educação profissional, que a partir da reestruturação produtiva vem sendo reorganizada. Para tanto, buscamos entender esse modelo de formação aplicado nas referidas escolas a partir da trajetória histórica da educação profissional em nosso país. A reorganização curricular nessas escolas e as modificações pedagógicas/didáticas da atual Política de Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio no estado do Ceará é investigada pela percepção dos sujeitos contemplados por ela no contexto da EEEP Adriano Nobre. Nesta pesquisa, trabalhamos especificamente em uma escola do interior do Ceará, município de Itapagé, que vem ao longo dos últimos dez anos alcançando destaque nas avaliações externas. Nesse processo, observou-se a organização do ensino através de seu projeto político pedagógico, plano de ação, planejamento e execução de aulas, além de ações realizadas em consonância com as diretrizes norteadoras que orientam essa política atualmente no país e, em especial, no Ceará, e que vem alcançando resultados significativos, como crescimento no desempenho nas avaliações do Spaece e SAEB e o crescimento do número de jovens egressos na universidade.

Palavras-chave: política educacional; ensino médio; educação profissional; formação integral; ensino.

ABSTRACT

This text presents the results of research carried out in the field of evaluation of public policies, specifically educational policies. The contribution of teaching applied in the vocational education policy integrated to secondary education in the state of Ceará is explained in terms of the result of student learning performance in external assessments, such as the Enem, nationwide, enabling young people to enter university. Initially, a documental research was carried out on the guiding documents that govern the teaching carried out in these institutions for a study on the proposal implemented in the state schools of vocational education in Ceará. Based on these actions, we applied questionnaires aimed at the management, professors and students of EEEP Adriano Nobre. The idea was to understand how this new type of secondary education has helped young graduates regarding the success achieved in external evaluations. The documents reveal a proposal for preparation for work and humanized training as basic principles in carrying out the teaching offer at the EEEPs in Ceará. We highlight how the new concepts are integrated in this teaching and learning process and we focus on the redefinition of professional education, which has been reorganized from the productive restructuring process. Therefore, we seek to understand this training model applied in these schools from the historical trajectory of professional education in our country. The reorganization of the curriculum in these schools and the pedagogical/didactic modifications of the current Policy of Professional Education Integrated to High School in the state of Ceará is investigated by the perception of the subjects covered by it in the context of EEEP Adriano Nobre. In this research, we work specifically in a school in the interior of Ceará, in the municipality of Itapagé, which has, over the past ten years, achieved prominence in external evaluations. In this process, the organization of teaching was observed through its pedagogical political project, action plan, planning and execution of classes, in addition to actions carried out in accordance with the guiding guidelines that guide this policy currently in the country and, in particular, in the Ceará, and which has been achieving significant results, such as growth in performance in the evaluations of Spaece and SAEB and the growth in the number of young graduates at university.

Keywords: educational politics; high school; professional education; comprehensive training; Teaching.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Desempenho no Enem 2019.....	17
Figura 2 – Ciclo Virtuoso.....	47
Figura 3 Prédio-padrão da EEEP Adriano Nobre.....	57
Figura 4 Mostra divulgação de resultados acesso ao nível superior.....	58
Figura 5 Feira do empreendedor.....	58
Figura 6 Ações protagonismo juvenil.....	59

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Gestor.....	60
Gráfico 2 – Professores.....	61
Gráfico 3 – Gestor.....	62
Gráfico 4 – Professores.....	62
Gráfico 5 – Gestor.....	63
Gráfico 6 – Professores.....	63
Gráfico 7 – Objetivos dos alunos.....	66
Gráfico 8 – Expectativa dos alunos.....	68
Gráfico 9 – Prática em sala de aula.....	69
Gráfico 10 – Proposta dos documentos norteadores.....	70

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Plano de ação.....	48
-------------------------------	----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	DESENHO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA	19
2.1	Objetivo geral	28
2.2	Objetivos específicos	28
2.3	Abordagem avaliativa	28
2.4	Tipo, estratégias, técnicas de pesquisa e metodologia de análise de dados ...	29
3	CAMINHOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL	32
3.1	A Política de Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio no estado do Ceará	35
3.1.1	<i>Marco legal</i>	36
3.1.2	<i>Proposta das escolas estaduais de educação profissional do estado do Ceará</i> .	39
3.1.3	<i>A proposta curricular do ensino integrado das EEEPs</i>	42
3.1.4	<i>Modelo de Gestão - Tecnologia Empresarial Socioeducacional</i>	45
3.1.5	<i>Formação para cidadania e o mundo do trabalho</i>	53
4	UM OLHAR ANALÍTICO PARA A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E A PERCEPÇÃO DOS EGRESSOS DA EEEP ADRIANO NOBRE	55
4.1	A EEEP Adriano Nobre e a tentativa de minimizar a distância entre formação profissional e a formação humanizada	56
4.2	O olhar de quem aplica a política de Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio na EEEP Adriano Nobre	59
4.3	A voz dos egressos: contribuição do ensino ofertado na formação na EEEP Adriano Nobre	64
4.3.1	<i>Identificação dos sujeitos</i>	65
4.3.2	<i>Motivação de ingresso na EEEP Adriano Nobre</i>	66
4.3.3	<i>Percepção das aulas e disciplinas</i>	67
4.3.4	<i>Formação técnica, acadêmica e humana</i>	69
4.3.5	<i>O legado de estudo na EEEP Adriano Nobre</i>	70
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
	REFERÊNCIAS	77
	APÊNDICE A - CRONOGRAMA DE ATIVIDADES	80

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO AO GESTOR.....	81
APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO AO EX-GESTOR.....	85
APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO PROFESSORES.....	89
APÊNDICE E - QUESTIONÁRIO ALUNOS.....	93

1 INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa foi realizada uma análise da atual Política de Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio no estado do Ceará, na perspectiva de um plano educacional de ensino que vem ao longo dos anos alcançando resultados inéditos pelas escolas regulares, plano esse que alia formação humana e preparação para o trabalho. Nesse sentido, buscou-se entender como esse tipo de ensino contribui para a formação dos alunos beneficiários da atual Política de Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio em nosso estado.

Em tal sentido, reitero¹ percepções que construí ao longo de minha vida estudantil e trajetória profissional na educação pública como professora e, posteriormente, como gestora de escola regular de ensino médio no Ceará. Movida por inquietações resultantes de minha experiência como docente, pois a realidade do trabalho escolar, por vezes, parecia-me ineficiente (por mais que nos esforçássemos, a aprendizagem de nossos alunos não atingia o nível que desejávamos). Importante notar que raramente tínhamos alunos concludentes da educação básica (nível médio) que conseguissem chegar à universidade, ou mesmo melhorar índices de proficiência em avaliações externas, parecia que essa realidade era normal. Quando tínhamos um ou outro que conseguia chegar ao ensino superior, era motivo de muita festa, isso me angustiava.

Propusemos realizar este trabalho a fim de contribuir com uma produção científica que possibilite novos olhares acerca desse debate, que não concebesse como normal a escola não atingir seu objetivo maior, que é alcançar um bom nível de desenvolvimento desejado para aprendizagem. As inquietações as quais me referi, como a ineficiência do ensino das escolas regulares no que diz respeito ao nível de aprendizagem, deram origem a esta pesquisa, e surgiram desde a época em que lecionei a disciplina de história no ensino médio, quando pude então conhecer os anseios e necessidades mais urgentes de jovens que ali estavam numa escola onde a precariedade e um ensino mecanizado era despercebido e pouco questionado.

Importante ressaltar que, como filha de professora, o universo da educação sempre foi o meu mundo, isso me permitiu desde cedo conhecer o ambiente escolar. Desde criança, já observava relatos de minha mãe, as queixas dela eram frequentes em relação à perspectiva de vida dos alunos, isso na década de 1980, já ouvia muito minha ela falar que não sabia mais o

¹ Nesta primeira parte do texto optamos por utilizar a linguagem em primeira pessoa do singular por se tratar de motivações e memórias pessoais da pesquisadora. A partir do capítulo seguinte, utilizamos a linguagem em primeira pessoa do plural.

que fazer para que os alunos se interessassem pelas aulas, pois mesmo sendo professora leiga², já percebia a deficiência do ensino.

Quando criança, comecei a frequentar as aulas já no ensino fundamental, pois não tive a oportunidade de estudar na educação infantil. Iniciei no primeiro ano, ao avançar já tinha a noção de ensino, logo comecei a ajudar minha mãe com seus diários de classe, já sabia como era fazer um plano de aula e como era feita a correção de atividades. Assim, mesmo antes de me tornar professora já conhecia a dinâmica escolar de ensino.

Nessa partilha de experiência com minha mãe ela me passava a sensação de que havia uma luta muito grande dos educadores, tanto no sentido de motivar seus alunos como em lutar por condições melhores para a educação em si, pois em sua época não havia políticas públicas nesse sentido, a educação, no ensino fundamental e médio, era um ensino generalizado, como se fosse apenas mais uma fase da educação básica, a qual não oferecia possibilidades aos jovens. Em meu ensino médio, por exemplo, o magistério, os alunos não dispunham sequer de livros, isso na década de 1990. Naquele período já era possível perceber que aquele ensino não apresentava oportunidades de desenvolvimento aos alunos, era *seco*, sem nenhum diferencial, ou seja, não preparava para o mundo do trabalho, tampouco para a vida.

Inspirada no amor pela docência que minha mãe, apesar das dificuldades, demonstrava, decidi seguir seus passos e me tornar professora. Minha primeira experiência foi como professora leiga, pois tinha apenas o ensino médio magistério, o curso de graduação veio num programa especial para formação de professores, que, no meu caso, foi através da Universidade Vale do Acaraú (UVA). Cursei Licenciatura Plena em Pedagogia, que era ofertado nos municípios que aderiam ao programa, e funcionava nos períodos de férias e finais de semana.

Ali se fortaleceu meu encantamento com a educação, a cada dia tinha mais certeza de minha profissão, entendi desde aquele momento o quanto a educação podia ser transformadora. A leitura de Paulo Freire, com suas ideias de educação libertadora, fez-me ver a educação com um olhar ainda mais humanizado, porém, ao tempo que me conscientizava disso, percebia o quanto o ensino, especialmente a educação básica, era falho e que havia, ainda, um caminho longo a ser percorrido. Determinada em minha formação profissional, cursei disciplinas extras como apostilamento³ na disciplina de história, para que

² Professoras sem a formação inicial em Magistério.

³ Anotações no verso do diploma já registrado, que dizem respeito à identificação do diplomado ou à atribuição de habilitação, linha de formação ou ênfase.

pudesse lecionar em toda a educação básica, inclusive no ensino médio; em seguida, especialização no ensino de história, o que me fez aprofundar na área. Esse processo de amadurecimento em minha profissão me conduziu à gestão escolar, o que me permitiu um olhar global acerca do processo de ensino e de aprendizagem, inclusive o quanto as questões estruturais influenciavam no ensino. Nesse período desperta em mim o desejo em relação à pesquisa e conhecer os fatores determinantes nesse processo.

Durante a minha experiência docente no ensino médio como professora de história, questionava-me sobre a falta de perspectiva dos jovens estudantes, os quais não vislumbravam muito além da conclusão do ensino médio. Estavam na escola como forma de satisfazer a família, que apresentava um discurso de que os mesmos deveriam concluir os estudos, no caso o ensino médio, já que a realidade não permitia outros caminhos a não ser a busca por um meio de sobrevivência. Sentia, nos programas de ensino e currículo escolar, a carência de uma formação mais sólida para esses alunos, um ensino que trouxesse algo concreto às suas vidas, pois aquele ofertado não conseguia abranger as necessidades dos estudantes, que se encontravam alheios à sociedade em que viviam e ao contexto no qual estavam inseridos.

Após uma experiência de oito anos como docente, tive a oportunidade de exercer o cargo de gestora, o que me possibilitou uma visão mais ampla acerca desses questionamentos. Como diretora de uma escola regular de ensino médio, pude perceber que a problemática era maior do que imaginava e, por vezes, questionei sobre as condições estruturais e didático-pedagógicas das escolas. Sobre até que ponto essas questões interferiam na perspectiva de futuro dos jovens que ali passavam? Até que ponto a escola poderia contribuir para que os mesmos avançassem na vida acadêmica e/ou encarassem o mercado de trabalho para além da realidade em que viviam, com preparação mais sólida e humanizada?

As limitações eram enormes, por mais que tivéssemos boa vontade, as barreiras eram gigantes, sobretudo a financeira e estrutural, para a realização de projetos e programas que fortalecessem o ensino. Angustiava-me ver esses jovens concluírem essa etapa de ensino e não fazerem mais nada além de ajudar seus pais nos afazeres cotidianos ou aceitar um subemprego como meio de sobrevivência, assim como também me angustiava pensar numa escola que não apresentava um projeto para juventude.

Na década de 1990, época em que me formei e iniciei minha vida como docente, essa realidade era comum, com raras exceções, a realidade socioeconômica e o contexto social, os quais as famílias estavam inseridas, não permitiam que esses jovens vislumbrassem algo diferente, isso era algo cultural, as famílias achavam isso normal.

No ano de 2008, quando surgiram as escolas de educação profissional no estado do Ceará, foi inevitável as comparações sobre o modelo estrutural e organizacional dessas escolas em detrimento das escolas regulares. Como gestora, incomodava-me bastante que na mesma rede de ensino houvesse normas e condições diferenciadas entre escolas do mesmo nível, como, por exemplo, a autonomia de selecionar alunos e o tempo integral, que no caso das escolas regulares era de 4 h/a diárias e nas escolas estaduais de educação profissional (EEEPs) é de 7h/a.

Com o tempo e o avanço da implantação das EEEPs no estado, fui me deparando com relatos espontâneos de gestores e egressos dessa modalidade no meio em que atuava como diretora, os quais salientavam o ensino eficiente dessas instituições como o diferencial que impactava a aprendizagem e a vida dos alunos, proporcionando-lhes melhorar seu desempenho escolar. Nesse período (2009 a 2015) em que fui gestora, comecei a me interessar em entender como essas escolas estavam conseguindo algo que a escola regular não conseguira alcançar: o que as mesmas tinham que faltava nas regulares?

A primeira coisa que percebi foi que nelas havia uma política de ensino diferente do currículo das regulares, o qual era tido como diferencial, segundo colegas gestores e egresso. Propus-me a conhecer melhor essa proposta de ensino em seus documentos oficiais, assim como também as metodologias aplicadas nas EEEPs, procurando entender de que maneira esse novo modelo de ensino influenciava na trajetória estudantil e na vida dos sujeitos beneficiários.

A curiosidade me fez pesquisar os documentos que regiam essa política, que regulamentam e orientam o ensino dessas instituições. Ao progredir nas leituras, chamou-me a atenção os objetivos adotados pela Secretaria da Educação e Coordenadoria de Educação Profissional, segundo “Relatório de Gestão: O fazer e o pensar da educação profissional no Ceará 2008-20014”, a concepção de um projeto de ensino que priorize a formação humana e considere que a formação integral é pressuposto para o processo educacional, tendo como um fundamento embasador o trabalho como princípio educativo, em que, segundo Manacorda (2019), a pedagogia marxista afirma que o processo educativo é embasado no trabalho, o qual entende que o ser humano é produtor de sua realidade, o que teoricamente diverge da lógica do capital e sua lógica produtiva.

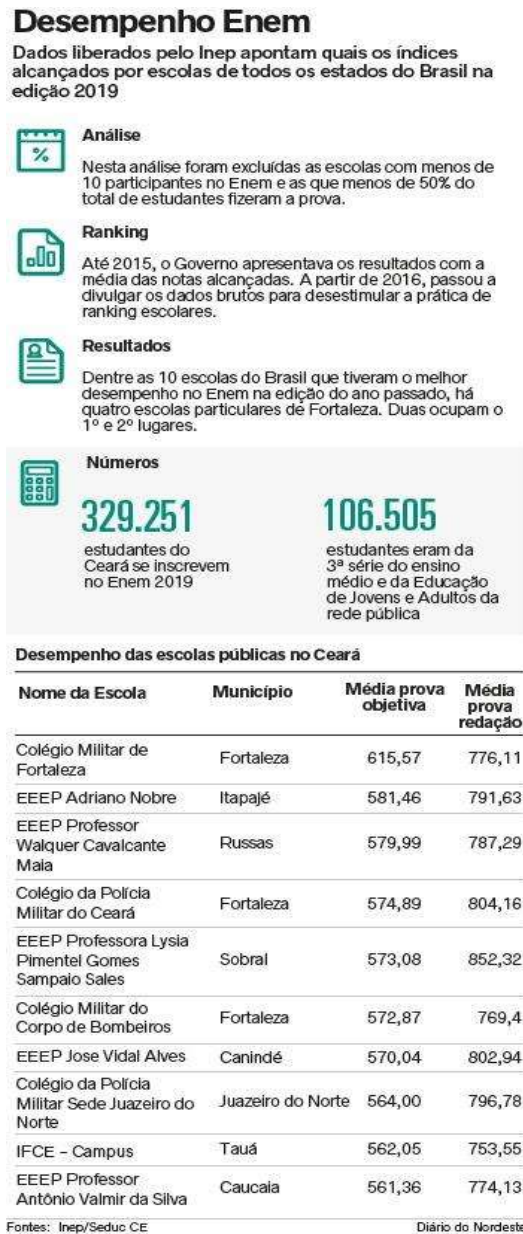
Ao iniciar a pesquisa documental, percebi que, apesar dessa proposta de implantação de ensino ter como base da curricular proposta essa concepção de trabalho como princípio educativo, essa mesma proposta contempla preparação para o trabalho numa dinâmica orientada pelo modelo de gestão Tecnologia Empresarial Socioeducacional (TESE),

proposta de gestão escolar fundamentada no modelo gerencial empresarial, especificamente baseado na Tecnologia Empresarial Odebrecht (TEO), uma síntese de planejamento estratégico para resultados. Decidi que minha pesquisa de mestrado seria no sentido de compreender que contribuição esse ensino que contempla tais conceitos, entendidos como antagônicos, convergem na dinâmica didático-pedagógica e como esse trabalho influencia no desenvolvimento da aprendizagem e desses estudantes.

Levando em consideração a implantação dessa política de educação no estado do Ceará, decidi que meu objeto de pesquisa teria como propósito compreender qual a contribuição desse projeto de ensino utilizado na política que assegura a existência das EEEPs no cotidiano dos estudantes que passam por essa experiência para a Secretaria da Educação do Estado do Ceará.

Como o número de EEEPs é elevado, torna-se inviável uma pesquisa mais ampla, por isso, levando em consideração o tempo de execução da pesquisa e devido às limitações do cotidiano, optei por limitar meu campo de pesquisa a uma instituição localizada no interior do Ceará, a EEEP Adriano Nobre, no município de Itapagé, uma das primeiras onde foi implantada essa política. Essa escola vem alcançando destaque, apresentando índices do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE), Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), inclusive em âmbito nacional. Na última edição, antes da pandemia, dos 142 estudantes que concluíram o ensino médio em 2019, 109 ingressaram na universidade através das notas obtidas no Enem, ficando atrás apenas do Colégio da Polícia Militar de Fortaleza.

Figura 1 – Desempenho no Enem 2019



Fonte: Inep/Diário do Nordeste.

Organizei esta pesquisa de forma a apresentar um breve histórico da educação profissional no Brasil, visando à compreensão da evolução e o contexto que proporcionou a implantação do modelo de Política de Educação Profissional Integrado ao Ensino Médio no Estado do Ceará, para então apresentar a proposta pedagógica aplicada nas EEEPs e iniciar o processo de análise da prática pedagógica da escola escolhida como *lócus*, realizar entrevistas com os atores envolvidos e então pensar teoria e prática na execução da política.

Nesta pesquisa, foram analisados os fatores determinantes desse processo de ensino que possibilitam aos jovens estudantes avanços significativos na aprendizagem, como

o ingresso de uma parte significativa de jovens egressos na universidade. Nesse processo de pesquisa, foi observado, de acordo com falas de sujeitos, que o ensino ofertado nas EEEPs compreende uma política educacional aplicada, na qual referencia uma educação que prepare o indivíduo para sua vivência em sociedade, de forma a dominar as tecnologias da atualidade necessárias à sua inserção no mundo do trabalho e o avanço em estudos posteriores, assim como também a humanização do educando no sentido de uma educação que sensibilize esses jovens para as questões sociais.

Para se chegar aos resultados, foram pesquisados gestores, docentes e discentes através de questionários semiestruturado que possibilitassem aos entrevistados expor suas percepções acerca da experiência vivenciada, propiciando ao presente estudo a compreensão do todo no que diz respeito ao processo de ensino que é ofertado na escola.

2 DESENHO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA

O papel que a educação exerce perante o desenvolvimento de uma sociedade é motivo de debate entre especialistas, já que esse geralmente está relacionado ao modo de produção, e no processo educacional há sempre um questionamento sobre qual orientação de ensino seguir, sobre qual seja a preparação primordial: para a cidadania ou para o mercado de trabalho? Por, teoricamente, vislumbrarem objetivos diferentes, esses conceitos de cidadania e trabalho não caminham na mesma direção, especialmente no tocante às questões de ensino profissionalizante.

O Estado brasileiro, em sua gênese, denota um ensino voltado às necessidades de mercado, um ensino mecanizado, deixando evidente a carência de um currículo que não prepara para a vida em sociedade, especialmente da educação básica, que contemple uma formação que valorize não só o ensino propedêutico, ou seja, um ensino preliminar para estudos posteriores, mas que vá além da formação básica por conteúdos, possibilitando ao estudante uma compreensão maior de sua realidade, fornecendo-lhe habilidades técnicas e conscientização essenciais para sua vida em sociedade, reconhecendo-se como cidadão. Importante ressaltar, como já dizia Paulo Freire (1996), que não existe ensino sem aprendizagem, portanto entendemos que a proposta de ensino que se oferta em uma instituição é determinante para a aprendizagem, pois se o estudante não aprende, não podemos dizer que houve ensino.

Nessa perspectiva, a utilização de um plano de trabalho de cada instituição, o que é uma realidade nas EEEPs, define que tipo de ensino deve ser aplicado de acordo com seus objetivos. Esse plano nas EEEPs é o que direciona o trabalho realizado por todos que compõem a comunidade escolar, nesse caso cada ator educacional tem um papel a desempenhar na proposta de ensino-aprendizagem. Essa proposta de ensino se destaca por ser uma realidade nova nas instituições de ensino médio, pois a escola regular não dispunha dessa tecnologia educacional, como é chamado atualmente nas EEEPs esse plano de trabalho.

Essa proposta revela um novo olhar em relação ao processo educacional no Brasil, o qual passou por transformações a partir da década de 1990. Por ocupar destaque importante nas transformações da sociedade contemporânea, a educação se tornou pauta permanente na elaboração e implementação de políticas públicas, sendo, inclusive, considerada essencial nos projetos de globalização das agências multilaterais que financiam países em processo de desenvolvimento. O processo ensino-aprendizagem, por ser algo que está sempre em evidência nas questões políticas e econômicas, evoca um olhar diferenciado sobre as questões

pedagógicas de ensino, as quais são diretamente afetadas nessa nova contextualização que envolve o processo educativo.

A literatura internacional, retomando aspectos da Teoria do Capital Humano, muito em voga nos anos 1970 – e, como vimos, com forte presença nas políticas educacionais do regime militar -, afirmava ser a educação um dos principais determinantes da competitividade entre países. Alegava-se que o novo paradigma produtivo demandava requisitos diferenciados de educação geral e qualificação profissional dos trabalhadores. Iniciou-se então uma polêmica em torno de explicações que davam como inexorável a apropriação dos avanços da tecnologia em todas as esferas. Disseminou-se a idéia de que para “sobreviver” à concorrência do mercado, para conseguir ou manter um emprego, para ser cidadão do século XXI, seria preciso dominar os *códigos da modernidade* (SHIROMA; MORAIS; EVANGELISTA, 2007, p. 47).

Assim, como instituição socioeducativa, esse papel tem sido questionado, pois geralmente essas transformações decorrem, dentre outros fatores, da reestruturação do sistema de produção e desenvolvimento econômico, o que remete diretamente ao conceito da ideologia neoliberal, um sistema mundial autorregulado, que teoricamente tem como foco a preparação de mão de obra, priorizando a produção em detrimento da formação humana.

A globalização, ou mundialização da economia, como estratégia para manter hegemonia do capitalismo impõe aos países que se encontram em diferentes situações a necessidade de se adequar para manter ou alcançar o desenvolvimento; cabe a esses países, de acordo com suas necessidades, formular políticas econômicas e sociais que atendam aos interesses hegemônicos.

Dentre essas políticas se destaca a educacional, dessa forma os países ricos formulam suas políticas educacionais atendendo, na maioria das vezes, aos interesses de produção e do mercado. Aos países pobres cabe aceitar ajuda dos organismos internacionais ligados ao capitalismo para financiamento e, em decorrência disso, formular as políticas como condicionantes à permanência dos mesmos na economia mundial. No livro “Educação Escolar: estrutura, políticas e organização” (2003), os organizadores Libâneo, Oliveira e Toschi relatam:

Os organismos multilaterais vinculados ao capitalismo, por sua vez, tratam de política educacional aos países pobres. A princípio, o interesse desses organismos esteve voltado quase exclusivamente para otimização dos sistemas escolares, no intuito de atender às demandas da globalização, entre as quais uma escola provedora de educação que correspondesse à intelectualização, do processo produtivo e formadora de consumidores. Atualmente, além de empenhar-se na reformulação do papel do Estado na educação, esses mesmos organismos estão preocupados com a exclusão, a segregação e a marginalização social das populações pobres, em razão de essas condições constituírem, em parte, fatores impeditivos para desenvolvimento do capitalismo, ou melhor, serem uma ameaça à estabilidade e à ordem nos países mais ricos (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2003).

Considerando esse raciocínio, entendemos que a partir do momento em que esses países aderem aos organismos multilaterais já não cabe mais a si a decisão acerca da direção que suas políticas devem tomar, mas adaptá-las às diretrizes dos organismos financiadores para que assim integrem uma agenda mundial que visa à manutenção da ordem vigente.

O Brasil não fugiu a essa lógica mundial, e em meados da década de 1990 deu início à inclusão do país à agenda dos organismos econômicos multilaterais, que passaram a nortear as políticas educacionais no país; desde então, a educação brasileira tem passado por grandes transformações. Políticas educacionais vêm sendo implantadas por cada gestão, as quais cada uma com suas prioridades procurou elevar o desempenho educacional de criança, jovens e adultos desse estado com intuito de cumprir as metas estabelecidas.

Na década de 1990 o país se vê no desafio de se adequar às novas tendências educacionais mundiais com o objetivo de satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem de acordo com a *Conferência Mundial de Educação para Todos*, também conhecida como *Conferência Geral da Unesco*, ocorrida em Jomtien, na Tailândia, em 1990. Essa conferência teve como objetivo principal nortear e definir as diretrizes das políticas educacionais nos países periféricos, sendo aprovada por representantes de mais de cem países e organizações não governamentais (ONGs), que na época se comprometeram a aumentar a oferta da educação básica para a população mundial num prazo de 10 anos (2000), fundamentados na ideia de que esse nível de ensino seria satisfatório às necessidades básicas de aprendizagem e anunciava o novo papel que a educação passou a desempenhar, em âmbito mundial, na suposta sustentabilidade dos países envolvidos com a agenda neoliberal.

Até então, não se registrava qualquer representação do Brasil nesses eventos, porém em 1993 um novo encontro se realizou, dando continuidade aos debates em Jomtien. Dessa vez se reuniram os nove países mais populosos do mundo, entre os quais se incluía o Brasil, encontro em que se reafirmaram o estabelecimento do ano 2000 como data limite para o cumprimento de todas as metas de obtenção da universalização do ensino básico, por meio da ampliação da oferta de vagas na educação elementar e nos programas de alfabetização de adultos, em articulação com a melhoria da qualidade dos programas de educação básica, do treinamento e condições de trabalho do magistério, como da implantação de diferentes reformas no âmbito dos sistemas educacionais no Brasil.

No ano de 2000, ocorridos 10 anos da *Conferência Mundial de Educação para Todos*, em Jomtien, na Tailândia, e seguindo a trajetória e determinações das conferências, aconteceu o *Fórum de Dakar*, em Senegal, que contou com a participação de 180 países e 150 ONGs, que reiteraram o papel da educação como direito humano fundamental e o designaram

como a chave para o desenvolvimento sustentável, a segurança da paz e a sustentabilidade dentro e fora de cada país envolvido. Na ocasião, foi formulado um documento que considera a educação o meio indispensável para alcançar a participação efetiva nas sociedades e nas economias do século XXI. O documento adverte que os países não devem poupar esforços para atingir as metas de Educação Primária Universal (EPU), afirmando que as necessidades básicas da aprendizagem deveriam ser alcançadas com urgência até 2015; para o Brasil, o ano 2022, bicentenário da independência do nosso país, passou a se constituir a nova data limite estabelecida para o cumprimento das metas.

Nesse contexto, a partir da *Conferência Educação para Todos*, inaugurou-se um grande projeto de educação em nível mundial. No Brasil, a reforma educacional iniciada nos anos 1990 coincide com a reforma do Estado, que passa nesse momento por seu período de redemocratização ao mesmo tempo em que se articula à dinâmica do capitalismo.

Diante desse cenário, o Estado acaba por determinar que o Plano Nacional de Educação (PNE) seja elaborado com base na Declaração Mundial de “Educação para Todos”, e de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n.º 9394/96, a educação básica tem “por finalidades desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania, e fornecer-lhe meios para progredir no mundo do trabalho e em estudos posteriores”.

O Estado brasileiro, dentro dessa nova premissa educacional, articulou e implantou políticas para a educação que, nesse momento, passaram a ser orientadas como estratégia para elevar o crescimento econômico do país, melhorar a distribuição de renda e reduzir as desigualdades sociais, sem, contudo, ultrapassar os limites estabelecidos pela política de ajuste econômico, já que o mesmo vinha passando uma redução dos gastos sociais e flexibilização do sistema educacional (SHIROMA; MORAIS; EVANGELISTA, 2007), tendo em vista a introdução do país no mercado globalizado.

Diante dessa nova perspectiva de transformações, o sistema da educação básica no Brasil teve que se adequar às novas diretrizes, em outras palavras, quem dita às regras é o mercado. Mediante a expansão da ideia de que a educação seria a salvação para a crise econômica, diversos documentos por parte dos grandes organismos multilaterais foram divulgados com base em diagnósticos, como também em soluções que se adequavam à situação do Brasil. A implantação desse ideário teve início no país com o governo de Fernando Henrique Cardoso, e veio a causar certa angústia entre os educadores que eram contrários a essa nova perspectiva educacional.

Ao longo da década foram promovidas as adequações em forma de políticas públicas que colocassem em prática o novo projeto de educação, o novo jeito de entender a educação, inclusive com atenção especial ao documento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), que se intitulava como *Transformação Educacional com Equidade*, e juntamente com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), posteriormente, em 1992, publicam o documento *Educação e Conhecimento: eixo de transformação produtiva com conhecimento*. No país a discussão acerca das novas políticas educacionais cresce à medida que as mesmas são implementadas, o avanço nos debates chega ao ensino médio, etapa conclusiva da educação básica.

Diante do que foi descrito, é possível perceber o quanto é complexo o sistema educacional brasileiro e como o mesmo se articula às políticas educacionais estabelecidas por organismos internacionais, mas embora a orientação a seguir fosse a nova tendência mundial, há questões levantadas por diferentes atores sociais que procuram ter vez em seus interesses, colocando em debate as forças hegemônicas e contra-hegemônicas diante das transformações no campo educacional. Dessa forma, a educação básica, especialmente o ensino médio, sua etapa final, tem papel estratégico nesse projeto de educação que traz como objetivo elevar o nível de aprendizagem e a universalização do ensino com foco no mercado de trabalho e reorganização do capital.

Desse contexto surge a proposta da atual Política de Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio, implantada no país na década 2000, trazendo como eixo principal a integração entre o ensino médio, etapa final da educação básica, e a educação profissional, propondo integrar todas as dimensões da vida: trabalho, ciência e cultura.

Segundo o Documento Base da Educação Profissional Técnica e Nível Médio Integrada ao Ensino Médio (BRASIL, 2007a), nessa proposta o trabalho é compreendido como uma mediação de primeira ordem no processo de produção da existência e objetivação da vida humana, ou seja, o trabalho como princípio educativo através do qual o homem produz a sua realidade transformando as suas necessidades. Nela a profissionalização não significa uma simples formação para o mercado, e sim a incorporação de valores éticos e conteúdos históricos e científicos que caracterizam a práxis humana na participação direta dos membros da sociedade no trabalho socialmente produzido.

No documento podemos perceber ainda que essa proposta leva em consideração que a formação para o trabalho requer uma dimensão humanizada com objetivo de formar cidadão consciente do papel social que poderá exercer através do trabalho, um ensino que permite ao educando identificar seu lugar no mundo, distanciando-se do caráter estritamente

produtivo e tomando consciência de suas necessidades e projeção para satisfazê-las, ao tempo que produz conhecimento sistematizado, o que constitui a ciência.

No Ceará, a proposta segue a orientação do documento base que propõe a superação entre ensino médio e educação profissional no sentido de garantir um ase unitária de formação geral. Em seu documento, intitulado *Relatório de Gestão*, apresenta como propósito alinhar formação humana e preparação para o trabalho, quando aponta que o projeto das EEEP, em currículo integrado – Educação Profissional e Ensino Médio –, representou a materialidade do compromisso da Secretaria da Educação (SEDUC) com o desenvolvimento educacional e cidadão dos jovens cearenses, aliando à sua formação a qualificação profissional e a inserção no mercado de trabalho (SEDUC/COEDP, 2014). A referida proposta objetiva contemplar fatores que no campo teórico seguem princípios contrários, como exemplo temos o caso da utilização da concepção de trabalho como princípio educativo e o modelo gerencial baseado na TEO, que tem como finalidade uma gestão por resultados, são dois conceitos contraditórios.

A Seduc, em seu documento base para formulação e implementação da política, tem como objetivo principal conciliar a formação humana e a preparação para o trabalho, com isso, e alinhada à orientação dos organismos multilaterais, de acordo com o histórico da educação profissional no país é difícil de compreender como essa nova proposta articula na prática formação integral, formação para cidadania e preparação para o trabalho em um mesmo projeto educacional, visto que culturalmente as experiências que tivemos até então no país, especialmente na década de 1960 e 1970, com as escolas técnicas, esse ensino tinha enfoque primordial na produção de mão de obra qualificada.

Há que se considerar, portanto, que existe em andamento um processo de recomposição das relações entre Estado e mercado, e a escola pública, podemos assim dizer, está bem no “meio do olho do furacão”.

Merece, pois, atenção esse modelo de Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio, no sentido de que sua proposta de ensino – que engloba uma perspectiva da educação profissional voltada a superar tais contradições impostas pelo novo capitalismo, e que envolve a formação humana para além da teoria do capital humano – é uma formação que contempla um ensino com visão emancipatória da formação do trabalhador.

A centralidade do documento base dessa política se encontra na categoria trabalho. Historicamente, trabalho e educação estabelecem relações de dependência enquanto evolução da sociedade, as quais se renovam em decorrência das transformações sociais e

econômicas. A educação profissional do Ceará traz essa premissa e organiza o modelo de EEEP vislumbrando um ensino que foque o sujeito protagonista de sua história.

Para esta pesquisa compreendemos o processo formativo do ser humano no sentido de torná-lo capaz de produzir sua própria existência, agregando valores éticos e morais na construção de uma sociedade democrática. Defendemos o sentido da educação na perspectiva de Adorno, que prega um projeto pedagógico capaz de libertar da opressão e da massificação. Para ele, o caminho para isso é formar um indivíduo culto, com conhecimentos científicos, humanos e artísticos, preparado para uma vivência democrática. Para Adorno, o ensino deve ser uma arma de resistência à indústria cultural na medida em que contribui para formação da consciência crítica e permite que o indivíduo desvende as contradições da coletividade e se perceba como sujeito de sua existência.

Evidentemente não a assim chamada modelagem de pessoas, porque não temos o direito de modelar pessoas a partir do seu exterior; mas também não a mera transmissão de conhecimento, cuja característica de coisa morta já foi mais do que destacada, mas a produção de uma consciência verdadeira. Isso seria inclusive da maior importância política. Sua ideia, se é permitido dizer assim, é uma experiência política. Isto é: uma democracia com dever de não apenas funcionar, mas operar conforme seu conceito, demanda pessoas emancipadas (ADORNO, 2020, p. 154).

Adorno (1995) defende ainda que a formação acadêmica é o meio pelo qual poderá se efetivar um projeto de libertação do homem, ou seja, uma formação de amplitude humanística. No sentido de analisar a contribuição da política em questão, é importante nos ampararmos na afirmativa de Adorno quando o mesmo faz uma crítica à indústria cultural; segundo ele, seria essa a responsável por prejudicar a capacidade humana de agir com autonomia. O autor também ressalta que a escola se transformou em simples instrumento a serviço da indústria cultural, que trata o ensino como uma mercadoria pedagógica em prol da semiformação.

Como dizia Paulo Freire em seu clássico “Pedagogia da Autonomia”, “De nada adianta o discurso competente se a ação pedagógica é impermeável a mudanças”. No processo educativo o ensino deve ser eficaz no sentido de contribuir para a vida do educando. É preciso ir além do discurso, além da teoria, e ofertar uma educação capaz de romper com a alienação e negacionismo científico, por vezes induzidos por uma onda populista que se prolifera hoje em nossa sociedade. Para Freire, um ensino que busca a conscientização e a criticidade do sujeito pressupõe uma prática educativa baseada no diálogo, na construção de uma relação professor/aluno que leve uma reflexão.

Os estudos realizados para a construção da pesquisa permitiu constatar que o diálogo é a base da comunicação; portanto, nesta relação dialógica, o homem age como sujeito e se humaniza. Desta maneira, ensinar, numa perspectiva progressista, não seria uma simples transmissão ou repasse de conhecimento pelo professor ao

aluno, mas sim, “saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou construção” (FREIRE, 1996, p. 47)

O objeto do processo de ensino-aprendizagem, dessa forma, é inerente à construção da consciência crítica, uma consciência que permita ir além dos muros da escola, que torne possível a compreensão das múltiplas dimensões da sociedade.

Quanto mais conscientização, mas se “des-vela” a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo. Por essa mesma razão a conscientização não consiste em “estar frente a realidade” assumindo uma posição falsamente intelectual. A conscientização não pode existir fora da “práxis”, ou melhor, sem o ato ação-reflexão (FREIRE, 1980, P. 27)

Aliado a essa perspectiva de educação de Adorno e de ensino de Paulo Freire, na busca pela compreensão desse objeto de estudo, é importante entender que consideramos a formação para o trabalho na perspectiva da omnilateralidade, sobre o qual Manacorda (2010) discute:

A omnilateralidade é, portanto, a chegada histórica do homem a uma totalidade de capacidades produtivas e, ao mesmo tempo, a uma totalidade de capacidades de consumo e prazeres, em que se deve considerar sobretudo o gozo daqueles bens espirituais, além dos materiais, e dos quais o trabalhador tem estado excluído em consequência da divisão do trabalho (MANACORDA, 2010, p. 96).

A superação da divisão do trabalho parece ser marca dessa proposta. Entender o trabalho além da produtividade, agregando conhecimentos científicos, é um desafio para a modalidade de ensino. Nossa busca será no sentido de conhecer como essas novidades do ensino chegam até seus beneficiários, como estes absorvem os ensinamentos e itinerários ofertados durante os três anos em que permanecem nas instituições, já que o contexto social, econômico e político desta pesquisa se configura processo de reestruturação capitalista num Estado neoliberal. Este pressupõe a divisão do trabalho no sentido da unilateralidade, sobre o qual Manacorda (2010) pontua que a própria sociedade capitalista condiciona a divisão do próprio homem, tornando-o unilateral (o que se manifesta, sobretudo, na divisão entre trabalho manual e intelectual, de forma que as capacidades humanas pertencem separadamente a uns ou a outros indivíduos). Em uma sociedade tão contraditória, como uma proposta de educação que alia formação cidadã e preparação para o trabalho contribui para a formação dos jovens egressos, conscientizando-os e formando-os para o exercício da cidadania?

Quando tratamos de formação para o trabalho, é necessário que levemos em consideração que, para além da formação humanística e emancipatória da qual trata Adorno, consideraremos o conceito de formação integral partindo da fala de Saviani:

Sabe-se que o que caracteriza o homem é o fato de ele necessitar continuamente produzir a sua existência. Em outros termos, o homem é um ser natural peculiar distinto dos demais seres naturais, pelo seguinte: enquanto estes em geral – os animais inclusive – adaptam-se à natureza e, portanto, têm já garantidas, pela própria natureza, suas condições de existência, o homem precisa adaptar a natureza a si, ajustando-a, segundo as suas necessidades (SAVIANI, 2008, p. 94-95).

Para Saviani, a formação integral consiste num enfoque global onde a escola promove uma aprendizagem completa e consubstanciada, capaz de desenvolver no educando habilidades cognitivas e intelectuais, afetivas, físicas, éticas e sociais, ou seja, a formação que acontece na escola precisa ser capaz de entregar à sociedade indivíduos completos e capazes de exercerem sua cidadania com capacidade de desempenhar trabalho digno, no sentido de não só prover sustento, mas que promova em seu contexto evolução e desenvolvimento social.

É nesse sentido que focamos esta análise da Política de Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio no Ceará, na qual esses conceitos se cruzam. Em que sentido se materializam na forma de ensino? Ou seja, onde, de fato, se consolida a aplicação dessa política do cotidiano escolar? Qual desfecho desta na vida dos jovens beneficiários?

Inicialmente, realizamos um estudo bibliográfico e documental que nos proporcionou maior embasamento acerca do objeto da pesquisa. Nossa maior preocupação foi buscar entender a efetivação dessa política na vida de seus beneficiários, ou seja, como, de fato, ela se efetiva no pós-conclusão dessa vivência nessa escola. Dando voz aos sujeitos, acreditamos contribuir para o debate e enriquecer a literatura sobre a temática.

Para que possamos conhecer, de fato, o sujeito, entendemos que é necessário estar atento aos detalhes, conhecer a realidade desses sujeitos e o valor que a política ofertada aos mesmos agrega em sua vida, de forma a contribuir significativamente para sua vivência e atuação no meio em que este está inserido. À luz da compreensão da dialética das regras, especialmente do processo de desenvolvimento dos sistemas de trabalho, apoiamo-nos no materialismo histórico de Marx e Engels no sentido de compreender a sociedade sob a ótica da contextualização desses sujeitos, e que mudança que essa política provoca em seus egressos que possa contribuir para a evolução de uma consciência crítica que possibilite a inserção desses jovens egressos na luta por melhores condições de sobrevivência.

Acreditamos que o homem produz sua própria existência, porém a dominação do homem pelo homem, como podemos perceber na evolução da história, desenha-se de forma opressora, pois o capital direciona o homem a essa condição, transforma-o apenas em força de trabalho que movimenta o capital.

Nesse sentido, podemos entender a educação como uma forma de emancipar o cidadão, ofertar não apenas uma educação sistematizada, mas uma educação que possibilite o educando a repensar sua existência e outras formas de produzi-la, e isso se concretiza, de fato, no modelo de ensino planejado para aplicação da política na prática.

2.1 Objetivo geral

Analisar a contribuição da proposta de Ensino da Política de Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio no Ceará para formação dos jovens beneficiários dessa política na experiência da EEEP Adriano Nobre, no município de Itapagé, no sentido de entender como esse ensino aplicado no cotidiano escolar promove a melhoria do desempenho de seus beneficiários no resultado das avaliações externas.

2.2 Objetivos específicos

- Conhecer a proposta pedagógica da EEEP Adriano Nobre.
- Identificar o currículo e/ou práticas pedagógicas presentes na proposta de ensino aplicada aos atores da política.
- Revelar, através da fala dos sujeitos egressos da política, o legado que esse modelo de ensino deixa na sua aprendizagem e em sua vida.

2.3 Abordagem avaliativa

A pesquisa segue a abordagem qualitativa, a qual Oliveira (2014) concebe como um processo de análise da realidade e reflexão através da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico e/ou segundo sua estruturação. Dentro da abordagem qualitativa, consideramos a perspectiva da Coerência Institucional (LEJANO, 2012):

Nessa análise, não olhamos prioritariamente para elementos locais físicos ou mesmo demográficos, mas sim, focamos na adequação de uma nova política à conformação institucional, isto é, organizacional e comportamental. O foco não está tanto nas características do contexto quanto nas práticas estabelecidas, que são, afinal de contas, o que define uma instituição (LEJANO, 2012, p. 250).

Dessa forma, objetivamos suscitar questionamentos com gestores, docentes e discentes que nos possibilitem analisar a práxis da instituição, a partir da observação do ensino praticado no processo de aprendizagem desenvolvido na EEEP Alan Pinho, tendo como referência os conceitos utilizados nas práticas educativas e que se encontram presentes nos documentos os quais contêm os princípios norteadores que a regulamentam e orientam sua aplicação.

Por considerar os aspectos subjetivos do problema em questão, a pesquisa qualitativa nos possibilitou múltiplos olhares sobre o objeto de pesquisa, o que ampliou nossa visão no sentido de construir argumentos que, por vez, enriqueceram a narrativa. É importante ressaltar que através da pesquisa qualitativa é possível identificar e analisar dados que não podem ser mensurados numericamente. Muito mais que retratar numericamente, essa visão possibilita a compreensão de atitudes, objetivando, assim, o entendimento de determinado fenômeno.

2.4 Tipo, estratégias, técnicas de pesquisa e metodologia de análise de dados

Na intenção de conceber uma análise do processo de ensino com foco na experiência dos discentes que cursaram o ensino médio numa escola que aplica a política de educação profissionalizante integrado ao ensino médio, numa nova concepção, na qual se pretende aliar formação humana à preparação para o trabalho, buscamos elementos dos mais variados possíveis para melhor compreender a contribuição do referido tema no processo em questão. Delimitamos a EEEP Adriano Nobre como campo empírico da pesquisa, seguimos com o método dedutivo utilizando a pesquisa de campo, pois esta “[...] permite a aproximação do pesquisador da realidade sobre a qual formulou uma pergunta” (MINAYO, 2016, p. 56), e entender o campo na pesquisa qualitativa, como um recorte espacial que diz respeito à abrangência, em termos empíricos, de recorte teórico correspondente ao objeto da investigação (MINAYO, 2012; 2014).

Fizemos a coleta das informações no sentido de retratar, de forma fidedigna, como acontecem os fatos e fenômenos relacionados ao objeto de pesquisa. Para tanto, utilizamos entrevistas semiestruturada com o intuito de dar maior direcionamento ao tema, deixando sempre o entrevistado à vontade para responder perguntas predefinidas, porém com a possibilidade de informalidade e ajustes para novas situações.

Como método de análise de dados, utilizamos a análise do discurso, que de acordo com Orlandi (2007):

A análise do discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra do discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: como o estudo do discurso, observa-se o homem falando. Na análise do discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história (ORLANDI, 2007).

A análise do discurso nos oferece a possibilidade de analisar questões subjetivas, muitas vezes implícitas nos relatos, nos quais é necessário um olhar específico que nos levará a uma melhor compreensão do objeto em estudo em uma dimensão delineada pela ação dos sujeitos envolvidos, para tanto levamos em consideração a proposta de avaliação em profundidade de Lea Rodrigues, a qual ressalta que a proposta de uma avaliação em profundidade implica, ainda, considerá-la como extensa, detalhada, densa, ampla e multidimensional, o que, por si só, coloca a multi e a interdisciplinaridade como condição primeira da tarefa de pesquisa, por esse motivo salientamos as bases conceituais, pois segundo Lea Rodrigues para compreensão da política é importante entender seus paradigmas orientadores e as concepções e valores que os informam, bem como os conceitos e noções centrais que sustentam essas políticas.

Realizamos a pesquisa no espaço da EEEP Adriano Nobre, no município de Itapagé. A ideia era fazer as visitas de inserção ao campo, porém fomos impossibilitados devido à pandemia da Covid-19 no início de 2020, o que atrasou o processo de pesquisa e nos obrigou a buscar ferramentas de pesquisa de forma virtual.

Inicialmente, foi realizado um estudo da política de educação profissional com base em documentos orientadores da Seduc para entrevista com Coordenadoria de Educação Profissional (COEDP), que, segundo documento exposto no *site* da Seduc-CE, tem a seguinte competência no âmbito das EEEP: I - Definir o modelo de gestão e pedagógico das escolas de educação profissional e implementá-los em articulação com a Sefor, Credes e Instituições colaboradoras; II - Coordenar as diversas áreas, garantindo a integração dos resultados pactuados e a sustentação e continuidade da rede de escolas de educação profissional; III - Definir objetivos, metas e o padrão de funcionamento da rede de escolas em tempo integral com oferta de educação profissional e garantir, em articulação com a Crede e Sefor, a infraestrutura física, recursos materiais, e insumos que permitam as escolas estaduais de educação profissional, o desenvolvimento satisfatório de suas atividades; IV - Fomentar o desenvolvimento de perfil protagonista e empreendedor dos alunos do ensino médio das escolas estaduais de educação profissional; V - Contribuir com a formação de jovens, no âmbito das escolas de educação profissional, imbuídos de uma visão ético-política, capazes

de serem líderes em processos de mudanças, participando criativa e solidariamente no encaminhamento e resolução de questões que dizem respeito ao bem comum.

De acordo com os estudos dos documentos da coordenação da COEDP, iniciamos a aplicação das entrevistas com o gestor escolar responsável pela instituição, no sentido de compreender a visão da gestão exercida, para, através deste, conseguirmos a análise dos documentos que norteiam o trabalho pedagógico escolar, especialmente o projeto político pedagógico (PPP) da instituição. Após essa etapa, iniciamos um trabalho de observação dos instrumentos de planejamento escolar dos docentes, com o intuito de conhecer os planos de aula aplicados em sala, e, por último, realizamos as entrevistas semiestruturadas com discentes.

Colhemos material através das entrevistas semiestruturadas e realizamos uma análise das falas e posicionamentos de cada sujeito envolvido na pesquisa, o intuito foi finalizar o relatório com uma visão da experiência vivida pelos jovens estudantes sobre a contribuição do ensino que os mesmos usufruíram pela política aplicada.

Estruturamos a dissertação com a introdução, trazendo um pouco de nossa trajetória enquanto profissional da educação e as vivências que nos fizeram refletir acerca das questões tratadas nesta dissertação; seguindo, temos o desenho da pesquisa que apresenta os objetivos trabalhados e os conceitos levados em consideração para elaboração das entrevistas e o percurso da escrita; no terceiro capítulo fizemos uma síntese da trajetória do ensino da educação profissional no Brasil levando em consideração a legislação das políticas públicas implementadas e a influência econômica e política que as mesmas sofrem ao longo da história; no quarto capítulo apresentamos a política de educação profissional implantada e em execução atualmente no estado do Ceará, com recorte para a EEEP Adriano Nobre, a qual realizamos o estudo de caso trazendo a percepção dos atores que aplicam na prática escolar a referida política; finalizamos com as considerações finais acerca das impressões obtidas nos questionários aplicados aos egressos.

Ressaltamos aqui a contextualização na qual se realiza essa pesquisa iniciada em momento propício, porém interrompida por uma pandemia que assola todo o mundo. Dessa forma, foi necessário repensar os instrumentais, pois a impossibilidade de estar, durante a pesquisa, *in loco* dificultou bastante o contato mais abrangente, o que nos proporcionaria mais ferramentas na busca pela compreensão do objeto de pesquisa. Embora todo trabalho em reorganizar a pesquisa e elaborar instrumentais adequados ao contexto foi importante para esse tempo para maior interação com referencial teórico.

3 CAMINHOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

A educação profissional no Brasil, desde o início, esteve ligada ao mundo do trabalho. De acordo com Fonseca (1961), desde o período colonial, em que, por ocasião da descoberta das jazidas de ouro em Minas Gerais, surgiram as casas de fundição, espaços onde se exigia uma preparação específica para o desenvolvimento do trabalho laboral, surgiram as chamadas escolas de aprendizes e artífices pensadas como meio de preparação de mão de obra qualificada para aquele mercado de trabalho.

Para Fonseca (1961), durante o período do Império no Brasil não houve mudanças significativas no cenário do modo de produção econômica, nesse período se manteve a ideia de que essa modalidade de preparação para o trabalho seria voltada à camada mais pobre da população, sem muitos investimentos, além do que fosse necessário para que desempenhassem as funções que lhes eram destinadas.

Os estudos de Fonseca (1961) apontam que com a Proclamação da República e abolição da escravatura no Brasil foram necessárias para se repensar uma nova dinâmica na produção da economia, especialmente no tocante à substituição da mão de obra escrava que sustentou a economia do país desde a colonização. Esse período coincide com o significativo crescimento em quantidade de indústrias no país, que, segundo Fonseca, saltam de um número de 636 estabelecimentos para 3.362, em 1906. A quantidade de empregados naquelas indústrias em 1889 era de 24.369 homens e em 1909 chega a 34.362.

A cultura escravocrata num país em que a ideia de trabalho estava diretamente relacionada à escravidão não aceitava uma educação voltada ao trabalho, o que explica o despreparo para a produção industrial que se iniciava no país. A saída para o dilema da falta de mão de obra qualificada para as indústrias foi a criação de escolas profissionais, as quais se materializam mais fortemente no Governo Nilo Peçanha, com a implantação de 19 escolas distribuídas pelo país, ainda em situação precária tanto nas instalações quanto na formação dos professores, o que motivou a estagnação, por certo período, do desenvolvimento das referidas escolas.

Segundo Garcia (2000), outro momento determinante para a necessidade de mudança no paradigma de que a preparação para o trabalho no Brasil se resumia ao mecanicismo ocorreu com a Primeira Guerra Mundial, já que com as dificuldades de importação de produtos, até então vindos do estrangeiro, os brasileiros se deparam com um novo desafio, os quais foram forçados a instalar um grande número de indústrias para suprir a

necessidade de mercado, porém mais indústrias significavam a necessidade de maior quantidade operária e maior qualificação profissional. Dessa forma, surge a necessidade de aumentar a oferta nas escolas profissionais, inclusive com a criação de cursos noturnos para trabalhadores com objetivo de melhorar seu desempenho nas funções que desenvolviam. No mesmo período, o Congresso autorizou o governo a reconsiderar o ensino profissional do país, o que levou, no mesmo ano, a aprovação por decreto do novo regulamento das instituições chamadas escolas de aprendizes e artífices.

Podemos perceber com esse movimento que não houve por parte do poder público intenção de integração entre educação e formação profissional; é perceptível que a educação se restringia à elite, enquanto a classe trabalhadora era destinada ao treinamento, adestramento para realização das funções da indústria, que naquele momento ainda era bastante elementar. Nesse contexto, o poder público se via pressionado pela elite industrial a criar formas alternativas e mais rápidas para a formação do trabalhador com a intenção de suprir a carência existente.

Da necessidade de mão de obra qualificada e da ineficácia do governo em relação ao ensino profissionalizante, cria-se um sistema de ensino paralelo ao sistema oficial, organizado por um convênio entre governo e industriais, o Serviço Nacional dos Industriários, passando, posteriormente, a ser chamado de Sistema Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Paralelamente, as escolas de aprendizes e artífices se transformam nesse período em escolas técnicas federais.

Um fator que merece destaque nessa trajetória da educação profissional no Brasil, segundo Neves (1991, p. 198), é o fato de que o empresariado industrial, através de um sistema de formação profissional paralelo e complementar à política estatal de preparação para o trabalho, toma para si, nesse contexto, a formação técnico-política de uma parcela da classe operária já engajada no mercado de trabalho.

Nesse contexto, é cada vez mais nítida uma lógica de separação entre aqueles que trabalham e os que dirigem, ou seja, aqueles que detêm o poder conseguem cada vez mais determinar os rumos que a preparação para o mundo do trabalho deve seguir, de acordo com suas necessidades, recebendo um ensino médio propedêutico aqueles que irão ocupar as funções de gerência, enquanto aos pobres era reservado um ensino médio voltado a formar mão de obra para o mercado de trabalho. A busca por um sistema educacional que suprisse as necessidades da indústria se mostra, até então, pouco eficiente e conturbada.

Como exemplo, podemos citar a Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971, LDB, que encaminhou o currículo do ensino médio para uma perspectiva técnica. Vale ressaltar que a

formulação dessa lei data do período do Regime Militar, no qual o país se via numa forte tentativa de inserção no modelo neoliberal da economia. Seguindo a mesma lógica, a Lei n.º 6.545, de 1978, transforma escolas técnicas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), perspectiva que predomina ao longo do período do Regime Militar e perdura ainda durante o processo de transformação durante a transição ao Regime Democrático, com o fim do governo dos militares. As transformações, nesse sentido, acontecem de forma gradativa.

As mudanças graduais ocorrem nos anos que seguem. A Lei n.º 8.948, de 8 de dezembro de 1994, institui o Sistema Nacional de Educação Tecnológica e transforma, de forma progressiva, as Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agrotécnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs). Embora com as mudanças, ainda predominam a dualidade entre ensino médio e educação profissional, inclusive com um capítulo específico na LDB (BRASIL, 1996) predomina a separação entre educação profissionalizante e educação básica.

Embora traga mecanismos à sua articulação, o que se percebe é a ideia de separação, de perspectivas diferentes, protelando, assim, a discussão de articulação entre a educação profissionalizante e a educação básica, mantendo, ainda, o caráter assistencialista de preparação para o mercado de trabalho em alta no país, deixando grande lacuna e necessidade de revisão nos instrumentos jurídicos que ordenam o subsistema de ensino médio e educação profissional. No ano de 1997, no governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, é aprovado o Decreto n.º 2.208 (BRASIL, 1997), seguido da Portaria/MEC n.º 646/97, Portaria/MEC n.º 1.005/97, portaria MEC/MTb n.º 1.018/97 e Lei Federal n.º 9.649/98, legislação essa que evidencia uma série de medidas vinculadas para a educação profissional, mas restringe a oferta de ensino médio e técnico e privilegia a educação profissional modular fragmentada nas instituições de ensino.

Nesse contexto, a discussão acerca da integração da educação profissional ao ensino médio como forma de articular os saberes e proporcionar uma educação integral é amplamente disseminada pelos profissionais envolvidos, o que leva a evidenciar no âmbito das discussões teóricas a insuficiência tanto do Decreto n.º 2.208/97 como dos demais instrumentos jurídicos, no que diz respeito à democratização do ensino por segmentos diferentes, mostrando que nem sempre os pareceres e normas são regidos por princípios democráticos.

Os debates seguem e avançam no sentido de evidenciar a necessidade de superar a estruturação da educação profissional no Brasil, que até então reforça a divisão do tipo taylorista que separa dirigentes de especialistas; o que, de certa forma, compromete a

democratização do acesso e a consolidação de uma educação que supere a dualidade entre cultura geral e cultura técnica. O contexto político do país fortalece as bases dessa discussão, num momento de ruptura ideológica, agora mais à esquerda, com o início do primeiro governo Lula, que busca priorizar as questões sociais e reformas necessárias à sociedade brasileira.

Nesse sentido, inicia-se um processo de mudanças almeçadas pelos profissionais engajados na luta e que começam a se materializar a partir do Decreto n.º 5.154/04, o qual revoga o Decreto n.º 2.208/97, mantendo a oferta de cursos concomitantes e subsequentes, porém trazendo fortemente a possibilidade de integrar o ensino médio à educação profissional técnica de nível médio, agora numa perspectiva que não se confunde com educação tecnológica ou politécnica, mas que, ao mesmo tempo, aponta em sua direção por conter os princípios de sua construção.

O Decreto n.º 5.154/04 surge num momento em que o ensino médio passa por uma crise profunda, pois, além da pouca oferta, falta-lhe sentido e identidade. Podemos perceber aqui uma ruptura com o projeto de educação profissional anterior e que leva em consideração: “[...] o processo de construção social que ao mesmo tempo qualifique o cidadão e o eduque em bases científicas, bem como ético-políticas, para compreender a tecnologia como produção do ser social, que estabelece relações sócio-históricas e culturais de poder” (BRASIL, 2003, p. 10).

O momento é de busca pela consolidação desse projeto de sociedade, no qual a educação profissional e o ensino médio terão grande relevância para construção desse cidadão, na defesa pela igualdade que, ao longo da história da educação brasileira, mostra-se tão distante da realidade.

3.1 A Política de Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio no estado do Ceará

Em 2003, no cenário nacional, com o início do primeiro mandato do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ressurgiu a discussão a respeito da dualidade entre educação profissional e o ensino médio, tão eminente no histórico da legislação da educação brasileira e ainda bastante presente no Decreto n.º 2.208/97, que regia naquele momento a educação profissional e o ensino médio.

Entre 2003 e 2004 houve grande entusiasmo por parte dos setores educacionais ligados ao campo da educação profissional, principalmente no âmbito dos sindicatos e dos pesquisadores da área trabalho e educação. Assim, retoma-se a discussão sobre a educação politécnica, compreendendo-a como uma educação unitária e universal destinada à superação da dualidade entre cultura geral e cultura técnica, voltada para “[...] o domínio dos conhecimentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno” (SAVIANI, 2003a, p. 140) sem, no entanto, voltar-se para uma formação profissional *stricto sensu*, ou seja, sem formar profissionais em cursos técnicos.

As discussões foram aperfeiçoadas até que se chegassem às propostas levantadas que culminaram no Decreto n.º 5.154/04. Esse instrumento foi considerado extremamente relevante para o processo em questão; inicia-se uma nova perspectiva na educação profissional, preservando a oferta de cursos concomitantes e subsequentes, mas, dessa vez, repensando a integração do ensino médio à educação profissional técnica de nível médio, sem descartar a educação tecnológica ou politécnica, mas reorganizando-a de forma a preservar os princípios de sua construção.

O governo do Ceará, acompanhando a tendência da política nacional, no ano de 2007, sob a responsabilidade da Seduc, com alinhamento político entre o governo estadual e o governo federal, torna-se possível a implantação da Política de Educação Profissionalizante Integrada ao Ensino Médio. Até então, a oferta de ensino profissionalizante do estado do Ceará se restringia aos institutos federais e a alguns cursos no âmbito da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Ceará, via Instituto Centro de Ensino Tecnológico (CENEC). O momento político foi fundamental para concretização do projeto de implantação das ETEPs, projeto que viabilizou definitivamente a implantação da política nacional no estado do Ceará.

3.1.1 Marco legal

Nesse contexto da ressignificação da Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio no Brasil, deu-se início, no âmbito da Seduc, o desenho das ETEPs como conhecemos hoje no estado do Ceará. Surge, dessa forma, uma perspectiva inovadora da formação profissional técnica integrada ao ensino médio. Nessa direção, a Seduc, em 2007, lança o *Programa Aprender Pra Valer*, que tem por finalidade a elevação do desempenho acadêmico dos alunos do ensino médio, com vistas à aquisição dos níveis de proficiência adequados a cada série/ano, bem com a articulação desse nível de ensino com a educação profissional e tecnológica. O programa traz como uma de suas ações a:

Articulação do Ensino Médio à Educação Profissional – consiste na oferta, a estudantes e egressos do ensino médio, de melhores oportunidades de preparação para o trabalho, concebendo as escolas da rede estadual de ensino médio como local privilegiado para a educação de nível técnico e de qualificação profissional (CEARÁ, 2008a).

Para garantir apoio financeiro ao projeto das EEEPs, ainda em processo de formulação, o governo do Ceará adere ao programa do governo *Brasil Profissionalizado*, que tinha como objetivo fortalecer as redes estaduais de educação profissional e tecnológica (EPT). Por meio desse programa, o governo federal repassa recursos para que os estados invistam em suas escolas. O programa possibilita a modernização e a expansão das redes públicas de ensino médio integradas à educação profissional, uma das metas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que agrega 30 ações que incidem sobre os mais variados aspectos da educação em seus diversos níveis e modalidades. Esse plano foi aprovado pelo presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e pelo ministro da Educação Fernando Haddad, em 24 de abril de 2007, com o objetivo de melhorar a educação no país, em todas as suas etapas, em um prazo de quinze anos.

Nos moldes das orientações do *Programa Brasil Profissionalizado*, cria-se no Ceará as condições favoráveis para o desenvolvimento de um projeto de educação profissionalizante Integral e Integrado ao Ensino Médio, tornando-se a principal política de educação do ensino médio.

A criação de uma rede de escolas de educação profissional visando promover um ensino de excelência na rede pública estadual é, pois, no caso dessa etapa da Educação Básica, a principal política estadual. A criação da rede escolas de educação profissional, noutros termos, está para a política de ensino médio, como o Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC) está para o ensino fundamental (VIDAL; VIEIRA, 2016, p. 56).

Através da Lei n.º 14.273, de 19 de dezembro de 2008, o governo do Estado, mediante Seduc, assume o desafio de implantar a Educação Profissionalizante Integrada ao Ensino Médio, orientando-se pelo parecer CNE/CEB n.º 39/2004 (BRASIL, 2004a), que discorre sobre a aplicação do Decreto n.º 5.154/2004 na Educação Nacional Profissional Técnica de Nível Médio e no Ensino Médio (BRASIL, 2004b); este também reflete os desdobramentos da atual LDB (BRASIL, 1996), que fora concebida num contexto onde o principal debate continuava sendo a disputa que tinha, de um lado, os que lutavam por uma educação gratuita e de qualidade para todos, com caráter laico e independente de origem, e do outro, os que defendiam uma educação de acordo com a lógica de mercado, da necessidade de diminuir gastos, pois, segundo essa lógica, quanto mais se gastava menos se via qualidade nos serviços ofertados à sociedade. Nesse embate predominou a lógica de mercado na formulação

da LDB de 1996, podendo, assim, a iniciativa privada atuar livremente em todos os níveis, conforme garantia a Constituição Federal de 1988, revalidada na referida lei.

A alteração de alguns dispositivos da LDB (BRASIL, 1996) pela Lei n.º 11.741/2008 (BRASIL, 2008), em conformidade com o Decreto n.º 5.154/04, vem fortalecer a institucionalidade da integração da educação profissional de nível médio com a educação de jovens e adultos e a profissional e tecnológica.

Foi nessa conjuntura que o estado do Ceará, no ano de 2008, colocou em prática o *Programa Aprender Pra Valer* (CEARÁ, 2008a), desenvolvendo várias ações estratégicas complementares para o fortalecimento da aprendizagem dos alunos do ensino médio e sua articulação com a educação profissional e tecnológica, ressaltando, através do parágrafo VI, do Art. 3º, que:

VI – Articulação do Ensino Médio à Educação Profissional – consiste na oferta, a estudantes e egressos do ensino médio, de melhores oportunidades de preparação para o trabalho, concebendo as escolas da rede estadual de ensino médio como local privilegiado para a educação de nível técnico e de qualificação profissional (CEARÁ, 2008a).

O governo, no sentido de implantar em sua rede de educação básica o ensino profissionalizante, homologa a Lei Estadual n.º 14.273, em 19 de dezembro do ano de 2008 (CEARÁ, 2008b), que:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar mediante Decreto, na estrutura organizacional na Secretaria da Educação - SEDUC, Escolas Estaduais de Educação Profissional - EEEP, sendo-lhes asseguradas as condições pedagógicas, administrativas e financeiras para a oferta de ensino médio técnico e outras modalidades de preparação para o trabalho (CEARÁ, 2008b).

O governo do Ceará, que inicia processo de implantação das EEEP utilizando recursos do tesouro estadual – a principal fonte de financiamento das redes estaduais de ensino para a expansão da educação profissional e tecnológica no Ceará, a única fonte utilizada em 2008 –, a partir de 2009 passa a garantir apoio financeiro, a partir da parceria com o governo federal, através do *Programa Brasil Profissionalizado*, decreto n.º 6.302/2007 (BRASIL, 2007b), no qual foram apresentadas as seguintes propostas e ações desenvolvidas no momento de adesão ao referido programa: 1) Assinatura do Compromisso Todos pela Educação, em conformidade com o Decreto n.º 6.094/97; Formalização, junto à Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), da sua intenção de participação no Programa, cadastrando as informações exigidas no Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle (SISMEC); Solicitação, junto ao Ministério de Educação e Cultura, de apoio técnico para realização do diagnóstico e do plano de educação profissional; Envio do diagnóstico e do plano de educação profissional para análise da Setec; Realização de ajustes

no diagnóstico e no plano de educação profissional; Celebração de convênio junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Com as ações apresentadas/aprovadas, e de acordo com o que discorre seu Art. 2º, está garantida a assistência financeira a ações de desenvolvimento e estruturação do ensino médio integrado à educação; inicia assim a estruturação das EEEPs no sistema educacional do Ceará.

As EEEPs implementadas no sistema educacional da educação básica no Ceará trazem a proposta de uma escola em tempo integral com currículo integrado, que alia educação profissionalizante ao ensino médio, objetivando agregar à formação do aluno a qualificação profissional e a inserção no mundo do trabalho, como descreve o parágrafo único do Art. 1º, da Lei n.º 14.273/2008: “Parágrafo único. Para garantir a necessária articulação entre a escola e o trabalho, o ensino médio integrado à educação profissional a ser oferecido nas EEEPs, terá jornada de tempo integral” (CEARÁ, 2008c).

A proposta das EEEPs traz uma mudança no modelo gerencial, destacando o investimento na ampliação da força de trabalho e adaptação da estrutura curricular dos cursos ofertados, como bem reflete o Relatório de Gestão da Educação Profissional 2008-2014, afirmando que:

O Ensino Médio adquire, assim, grande relevância por significar o momento em que o educando cidadão tem a oportunidade de aprofundar conhecimentos e habilidades que contribuirão para o seu progresso no trabalho e para a continuidade do seu aprendizado formal (CEARÁ, 2014).

Logo, fica definido, no âmbito da Seduc, que tipo de escolas seriam implementadas e que tipo de ensino se espera dessas instituições.

3.1.2 Proposta das escolas estaduais de educação profissional do estado do Ceará

De acordo com o Relatório de Gestão 2008-2014 elaborado pela Seduc (CEARÁ, 2014), a formulação desse modelo de escola no estado do Ceará foi orientada pela premissa, segundo Ciavatta (2005), da “formação integral”, uma concepção de educação integrada em que a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho: ou seja, nos processos produtivos, seja nos processos educativos, como a formação inicial, como ensino técnico, tecnológico ou superior. Trata-se de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes

de atuar como dirigentes e cidadãos; compreende a relação entre trabalho e educação como indissociável, necessária ao cidadão do século XXI.

A criação das EEEPs consolida no Ceará um novo paradigma educacional que regulamenta uma proposta que segue uma lógica humanística e de emancipação cidadã. Embora financiado pelos interesses neoliberais que orientam atualmente as políticas educacionais no país, e que se baseia na Tese, documento que estabelece premissas ligadas à visão empresarial, como estratégias de responsabilização, estabelecimento de metas, monitoramento (Ciclo PDCA), bem como o compromisso pelos resultados pactuados nos instrumentos de gestão.

A utilização da Tese nas EEEPs se justifica pelo desejo de adaptação de conceitos da iniciativa privada para romper com paradigmas consolidados indevidamente nas instituições públicas de ensino. A Tese foi desenvolvida e adaptada com base na TEO, que provê os fundamentos éticos, morais e conceituais para a condução dos negócios e a atuação de todos os integrantes da empresa Odebrecht Engenharia e Construção S.A.

Trata-se de um instrumento para planejamento, gerenciamento e avaliação das atividades dos diversos integrantes da comunidade, ou seja, a síntese de um planejamento estratégico para uma gestão de resultado, típico do modelo empresarial na perspectiva neoliberal do Estado capitalista. Nesse sentido, é possível perceber que mesmo incorporando novo sentido a essa tecnologia, permanece o fator de obtenção de resultados.

Verificamos que a gestão das EEEP é marcada pela gestão para resultados, enquanto, na gestão das escolas regulares, embora também norteada para esse tipo, as premissas da gestão democrática são hegemônicas. O processo de eleição para um mandato de 4 anos, podendo ser reconduzido por mais um período de gestão, promove a prática de participação da comunidade escolar na gestão escolar. Além disso, as prioridades da gestão são a garantia de acesso e de permanência dos estudantes na escola (VIDAL; VIEIRA, 2016, p. 159).

As EEEPs do Ceará representam hoje a principal política pública de nível médio, ocupando papel relevante no crescimento do desempenho da aprendizagem dos jovens cearenses. Uma de suas bases de investimento é a inserção dos jovens no mundo do trabalho através do estágio curricular, sendo que 100h da unidade curricular Preparação para o Estágio (PPE) são aplicadas na parte diversificada, numa proposta que destaca aqueles jovens em situação de vulnerabilidade social, configurando a relevância individual e coletiva do processo educacional.

Essa política se destaca ainda como forma de fortalecer os processos de ampliação dos contextos de justiça e inclusão social (“Relatório de Gestão: o pensar e o fazer da educação profissional no Ceará 2008-2014”). De acordo com Relatório de Gestão 2008 –

2014 (CEARÁ, 2014), a Seduc desenvolveu uma metodologia que adota o trabalho como princípio educativo, em consonância com o conceito de Formação Integral, de Ciavatta (2005), como está descrito no Documento Base da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, do ano de 2007.

Nesse “Relatório de Gestão da Educação Profissional 2008-2014” está claramente expresso que na referida política predomina a seguinte premissa:

A educação para o trabalho perpassa o ideário constitucional brasileiro, conferindo maior amplitude à concepção do direito à educação, compreendida em diálogo com o mundo do trabalho, o que lhe atribui sentido e identidade social. Ou seja, a dimensão da formação e qualificação para o trabalho integra, necessariamente, o desenvolvimento educacional dos cidadãos (CEARÁ, 2014).

Embora situada num contexto globalizado onde a lógica capitalista predomina, a proposta pedagógica das ETECs, mesmo organizando sua dinâmica escolar para resultados através do documento da Tese, fundamenta seu projeto pedagógico em conceitos que consideram a formação humana como fator essencial ao desenvolvimento dos jovens beneficiários, conceitos esses que têm base marxista, a qual orienta esta pesquisa e entende o trabalho como transformação da natureza e do próprio homem, e não no sentido de produção. Segundo expressa o “Relatório de Gestão 2008-2014”:

Outro fundamento importante, adotado pela Secretaria da Educação e sua Coordenadoria de Educação Profissional, refere-se a concepção do trabalho como princípio educativo. Nesse sentido, toda a base curricular proposta, compreendendo seus objetivos, conteúdos e métodos, tem como pressuposto esta concepção. Tomando o trabalho como princípio educativo, reconhece-se que os projetos pedagógicos de cada época expressam as necessidades educativas determinadas pelas formas de organizar a produção e a vida social. As demandas do mundo do trabalho hoje não mais se centram na mera capacidade de “fazer”, pois demandam a intelectualização das competências, o raciocínio lógico formal, o domínio das formas de comunicação, enfim, a capacidade e a disposição de aprender permanentemente (CEARÁ, 2014).

Nos processos pedagógicos, a Seduc mantém ainda a missão de garantir educação básica com equidade e foco no sucesso do aluno, apresentando os seguintes valores e objetivos que orientam seu trabalho: 1) valores – ética; transparência; efetividade; equidade; respeito; busca de excelência e disposição de servir; 2) objetivos – fortalecer o regime de colaboração, com foco na alfabetização na idade certa e na melhoria da aprendizagem dos alunos até o 5º ano; garantir o acesso e a melhoria dos indicadores de permanência, fluxo e desempenho dos alunos no ensino médio; diversificar a oferta do ensino médio, articulando-o com a educação profissional, com o mundo do trabalho e com o ensino superior; promover o protagonismo e empreendedorismo estudantil como premissa da ação educativa; valorizar os profissionais da educação, assegurando a melhoria das condições de trabalho e oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional; consolidar modelos de gestão focados na

autonomia escolar e nos resultados de aprendizagem; fortalecer a escola como espaço de inclusão, de respeito à diversidade e da promoção da cultura da paz.

No objetivo 3, a Seduc demonstra que o interesse da proposta de implementação da política de educação profissionalizante integrada ao ensino médio está voltado tanto à formação para o mundo do trabalho quanto para o ensino superior, o que confere ao modelo proposto a ideia de superação da dualidade entre ensino médio e educação profissionalizante, algo que historicamente coloca em risco a qualidade do processo de ensino dessa modalidade de ensino; demonstra interesse na busca de uma escola que potencialize a articulação entre ensino e mundo do trabalho e, ao mesmo tempo, amplie as possibilidades de qualificação do processo de aprendizagem, valorizando o caráter humanístico na formação do cidadão. A proposta em si denota algo bastante interessante, já que a crítica geralmente é colocada no sentido de mecanização do ensino profissionalizante. Porém, diante das novas tecnologias, é realmente essencial que a escola se renove para que possa oferecer um serviço de qualidade e eficaz ao seu público. Por ser uma proposta inovadora, causa estranheza e curiosidade em conhecer a fundo esse processo.

Pelos documentos que regem e orientam o fazer pedagógico das EEEPs, inquietamos a falta de clareza na tentativa de visualizar como esses conceitos se organizam no cotidiano escolar e na prática pedagógica dessas instituições, no sentido de contribuir na vida dos egressos dessa política. Reafirmamos aqui o nosso interesse em pesquisar os atores desse processo na busca de entender sua lógica e prática de execução da utilização dos conceitos apresentados, a fim de conhecer o produto de processo.

3.1.3 A proposta curricular do ensino integrado das EEEPs

A proposta da educação profissionalizante das EEEPs do estado do Ceará, de uma forma geral, propõe uma formação para cidadania de uma forma ampla. Tem como ideal romper com a tradicional dualidade entre formação para o trabalho e formação geral. Gaudêncio Frigotto (2013) nos fala da necessidade de superar essa separação:

No plano da formação profissional, a cidadania supõe a não separação desta com a educação básica. Trata-se de superar a dualidade estrutural que separa a formação geral da específica, a formação técnica da política, lógica dominante no Brasil, da Colônia aos dias atuais – uma concepção que naturaliza a desigualdade social postulando uma formação geral para os filhos da classe dominante e de

adestramento técnico profissional para os filhos da classe trabalhadora (FRIGOTTO, 2013, p. 2).

A base conceitual para a formulação da referida proposta foi o Decreto n.º 5.154/04, que legaliza a integração do ensino médio regular e educação profissional no mesmo currículo. A ideia da proposta é a não priorização de uma das partes, e sim entender que uma complementa a outra.

Ao possibilitar uma carga-horária de 5.400 horas para todos os cursos técnicos ofertados nas ETECs, a proposta confere a possibilidade em dar maior suporte e promover a elaboração de um itinerário educativo que contemple os aspectos desejados na proposta de implantação. A junção da educação profissional e formação geral num mesmo projeto sinaliza a possibilidade de elaboração de um currículo que contemple uma formação sólida no sentido de romper a ideologia da mecanização do ensino profissional e a deficitária formação geral ofertada no ensino regular.

A proposta pedagógica que se efetiva através da matriz curricular é composta por componentes curriculares que contemplam formação geral, formação técnica e parte diversificada, que totalizam um carga-horária de 5.400 horas.

A base comum com carga-horária de 2.620h abrange os treze componentes curriculares básicos e comuns ao ensino médio: língua portuguesa, artes, educação física, inglês, espanhol, história, geografia, filosofia, sociologia, matemática, biologia, física e química, o que proporciona ao aluno a formação geral com o diferencial de considerar esses componentes contextualizando especificidades de acordo com cada curso.

A carga-horária do currículo da educação profissional é ofertada de acordo com o o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, publicado pela Setec, do Ministério da Educação (MEC), com estudo realizado previamente para as diversidades de cada região a qual a escola se localiza. Os cursos são escolhidos de acordo com o potencial econômico de cada região.

A parte diversificada foi elaborada com o objetivo de potencializar a aprendizagem dos alunos no percurso de sua trajetória na ETEC. Traz atividades complementares que ajudam a desempenhar sua cidadania, seja no aspecto profissional e/ou pessoal.

No “Relatório de Gestão 2008-2014” o objetivo da parte diversificada é descrito como *essencial* para a integração dos conteúdos em um todo significativo. Mas também para um olhar singular sobre cada estudante: sua experiência de vida; seu contexto familiar, social, escolar; seus sonhos, desejos, motivações.

A elaboração do plano de ação das EEEPs no Ceará teve como referência o currículo do Procentro/ICE, com atividades complementares, como a Tese, que foi adaptada da TEO, e tem como foco principal a integração de todas as dimensões, ou seja, da formação geral, formação profissional e parte diversificada para o sucesso da formação dos estudantes. A Tese, como está descrito em seu documento, traz o lema de que: “Quem não planeja não executa; quem não mede não sabe de nada”. Essa tecnologia foi desenhada para levar esses conceitos gerenciais para o ambiente escolar e permitir ao gestor o atingimento dos seus objetivos de maneira estruturada e previsível.

A tese, inclusive, de início, foi incluída como componente curricular focado no “Projeto de Vida” dos alunos, porém, em 2013, sob nova orientação metodológica, as unidades curriculares foram redimensionadas e passaram a ser denominadas “Projeto de Vida e Empreendedorismo”. Embora não sendo componente curricular, a Tese continua sendo guia para as ações interdisciplinares. O componente “Empreendedorismo”, por sua vez, passa a incluir, segundo a descrição no “Relatório de Gestão 2008-2014”, dois módulos, que são:

Crescendo e Empreendendo, Iniciando um Pequeno Grande Negócio, e, Como elaborar um Plano de Negócio, a partir da parceria firmada com o SEBRAE. Para orientá-los quanto ao estágio, eram ofertadas 100h da unidade curricular PPE – Preparação para o Estágio, na parte diversificada. A partir de 2013, no entanto, em complementaridade com a unidade curricular Projeto de Vida, essa área foi reestruturada e passa a denominar-se “Mundo do Trabalho” – fornecendo aos estudantes informações e orientações acerca da entrada no mundo do trabalho contemporâneo, com vivências e simulações de situações que serão enfrentadas brevemente por eles (CEARÁ, 2014).

O “Relatório de Gestão” especifica ainda que os componentes curriculares da parte diversificada são distribuídos entre: horário de estudo; Projeto de Vida; Temáticas, Práticas e Vivências; Formação para a Cidadania; Projetos Interdisciplinares e Mundo do Trabalho.

Nessa modalidade o aluno também faz jus ao direito de estágio que se configura como disciplina obrigatória, devendo ser realizada no último ano do itinerário educativo. Dessa forma, o governo do Estado, com o objetivo de que todos os educandos possam realizar o estágio, custeou todas as despesas, como bolsa-estágio e vale-transporte, proporcionando, assim, com que os educandos garantam a prática daquilo que estudaram durante os três anos.

Em relação ao quadro docente, para a base curricular comum, podem ser professores efetivos da rede de ensino e/ou professores contratados por tempo determinado com carga-horária de 20h semanais, sendo 13h/a para regência e 7h/a para planejamento de aulas e/ou 40 h/a semanais, nesse caso são 27 h/a para regência e 13h/a para planejamento das aulas. Para as disciplinas do eixo profissional são contratados profissionais habilitados para a

oferta de curso da escola no mesmo regime de lotação de carga-horária de trabalho. No quadro da docência fazem parte, também, os profissionais lotados nos espaços de aprendizagem, como laboratório de ciências, espaço destinado à pesquisa científica e sala de multimeios, espaço para leitura.

De acordo com documentos que orientam a implantação e a execução dessa política no estado do Ceará, é possível visualizar a intencionalidade em promover um ensino que possibilita promover a integração de componentes curriculares da base comum e base técnica, os quais, dependendo do curso a ser ofertado, têm que identificar as afinidades entre as disciplinas da base comum que dialogam com o curso, enfatizando-as, de forma a aprofundar ainda mais o conteúdo, ou seja, proporcionar um diálogo entre a base comum e a base técnica.

A parte diversificada nesse processo tem papel essencial de aprofundar a integração entre a formação geral e a formação para o trabalho. Entra como os componentes que irão intensificar esse diálogo e orienta para prática e para o exercício da cidadania, fazendo com que o conjunto das ações realizadas oriente o educando não só para o exercício da profissão ou para a continuação dos estudos, mas para a vida.

3.1.4 Modelo de Gestão - Tecnologia Empresarial Socioeducacional

A Tese, como já falamos anteriormente, foi inspirada e teve como modelo para sua elaboração a TEO. Em termos gerais, a proposta da Tese traz para a escola pública conceitos e métodos utilizados por empresas, e considera:

A missão primordial de uma escola é ensinar, ou seja, produzir e transmitir conhecimento ao estudante de modo a prepará-lo para a vida nos contextos produtivo e pessoal. Na dimensão produtiva, essa formação deverá leva-lo a ser um jovem autônomo e competente, e na dimensão pessoal, um jovem solidário (CEARÁ, 2008?, p. 3).

A tecnologia implanta na escola pública os conceitos gerenciais por entender que a escola pública pouco difere de uma empresa, por esse motivo considera o papel do gestor como central nesse processo, desenvolvendo neste a liderança na gestão escolar pra o sucesso do aluno.

A liderança do Gestor é, sem dúvida, uma característica essencial, porém isoladamente não basta. Faz-se necessário pôr a sua disposição e de sua equipe um conjunto de ferramentas gerenciais que permitam dirigir a escola de forma estruturada. Essa estrutura deverá garantir que missão, objetivos, metas, estratégias, planos de ação e métricas estejam todos alinhados e claramente definidos, em todos os níveis da organização, de modo que todos possam, com clareza, compreender o seu papel e contribuir objetivamente para a consecução dos resultados esperados, para que sejam medidos, avaliados e recompensados. (CEARÁ, 2008?, p. 3).

Na leitura do documento da Tese fica claro que esse modelo de gestão é a espinha dorsal do trabalho das EEEPs, é o norte para o planejamento das ações para que esses conceitos também cheguem até os educandos. Sugere que o sucesso fora do ambiente empresarial depende da vivência dos conceitos que a norteiam por instrumentos de intervenção, da pedagogia da presença *versus* educação pelo trabalho e pela delegação planejada.

O trabalho consiste em elaboração do plano de ação da instituição e a delegação de responsabilidade que cada pessoa envolvida neste processo tem o dever de cumprir.

O modelo de trabalho da Tese se desenvolve em três módulos, que são:

Módulo I – Modelo conceitual, que aborda os princípios e conceitos aplicados à escola pública de ensino médio.

Módulo II – Macroplanejamento, que focaliza o plano de ação.

Módulo III – A operacionalização propriamente dita, abrangendo desde a feitura dos programas de ação até a elaboração de relatórios.

Esses módulos conduzem o planejamento de gestão para o envolvimento e conscientização da equipe de trabalho. Qualquer um que queira fazer parte da equipe deve se adequar aos conceitos, entender e aceitar sua missão.

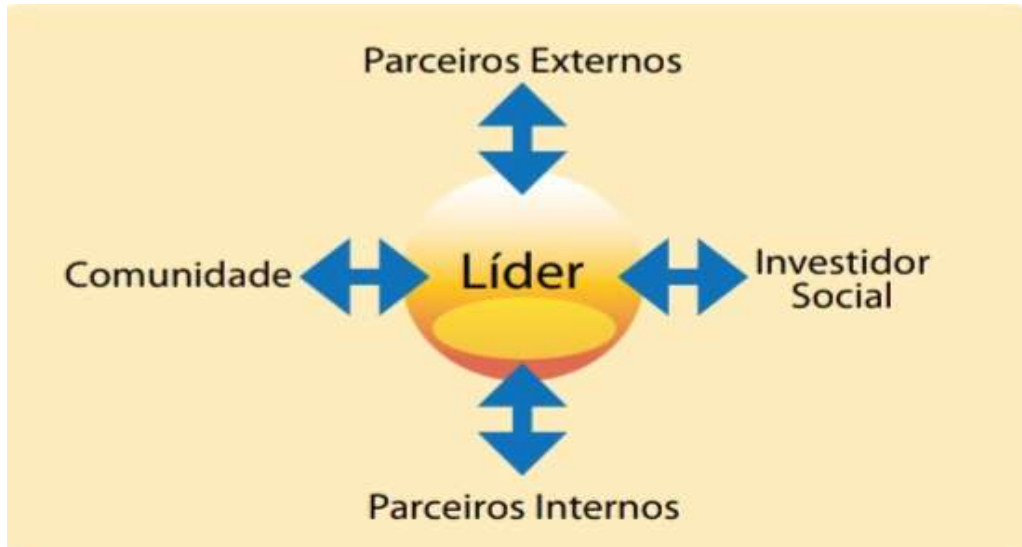
O modelo da tecnologia empresarial entende que o negócio da escola é ofertar uma educação de qualidade, o que deve preencher a mente de todos os envolvidos no processo em busca de alcançar os resultados planejados, daí a ideia de gerenciamento, pois todos os envolvidos precisam dar conta daquilo o que se propõem todos na escola. Dessa forma, são agentes educacionais não só gestão e docentes, mas o porteiro, o zelador, o manipulador de alimentos, todos são envolvidos no processo educativo.

Algo que esse processo entende como relevante é a assimilação dos conceitos por todos, são trabalhados de forma a buscar a consciência de responsabilidade para que sejam capazes de colocar em prática ações determinantes para o resultado esperado. Os principais que são a base do trabalho pedagógico desenvolvido são: descentralização, disciplina, respeito e confiança. O gestor líder deve motivar a equipe fazendo com que o trabalho flua como planejado.

O gestor que lidera o processo precisa entender a comunicação como ferramenta essencial para o sucesso das ações. Nesse sentido, a tecnologia empresarial concebe que o fator de impacto são as relações organizacionais entre pessoas e negócios. Entendemos aqui o

negócio no seu sentido etimológico *nec otium*, que quer dizer negação do ócio, que ocupa a mente sem descanso, para isso alimenta o que denomina de ciclo virtuoso.

Figura 2 – Ciclo Virtuoso



Fonte: Ceará (2008, p. 9).

O ciclo virtuoso é a base das relações, consiste em sistematizar a dinâmica de comunicação entre os parceiros do negócio, que são: a comunidade, o gestor e o investidor social.

Percebe-se no processo desenvolvido nas escolas profissionais que há uma supervalorização no conceito de liderança, como se este fosse o fio meada em que tudo começa, que se desencadeiam ações planejadas e articuladas para o alcance dos objetivos. O papel da Tese nesse processo é exatamente o de proporcionar à equipe ferramentas de colocar isso em prática.

A busca pelo sucesso, no caso o desenvolvimento da aprendizagem dos educandos da instituição, é o que move todo o trabalho e o que denominam como o seu negócio, a partir desse princípio se inicia todo o processo, todos que fazem parte da instituição são envolvidos no processo, desde o porteiro até o gestor, cada um tem um papel que enxergam como significativo, todos são considerados educadores. A descentralização é um dos conceitos utilizados no sentido da divisão de responsabilidades, ações são planejadas e delegadas para um final comum. A Tese traz para o serviço público conceitos empresariais gerais que direcionam o sucesso de um negócio.

A liderança, no caso o gestor, deve formar novos líderes para fazer com que o trabalho não se perca durante o processo, afinando o discurso com seus liderados para que

estes o traduzam para os educandos, os quais, por sua vez, possam assimilar os mesmos conceitos em efeito cascata. Há uma espécie de compromisso firmado com quem decide fazer parte desse trabalho, todos devem abraçar a causa e vestir a camisa da instituição. A gestão dessas escolas dispõe de autonomia, dentro de termos legais, para formar sua equipe e, dessa forma, conseguir com maior fluidez colocar o plano de ação em prática.

O plano de ação é o documento que traduz a essência das instituições e orienta o planejamento estratégico a ser aplicado por cada uma, levando em consideração suas especificidades.

A tabela a seguir mostra, em resumo, o que deve elencar o plano de ação:

Tabela 1 – Plano de Ação (continua)

PLANO DE AÇÃO	
Cenário Atual	Deve apresentar o contexto no qual a escola está inserida, assim como sua clientela.
Valores	<ul style="list-style-type: none"> • Valorização da educação e do conhecimento historicamente produzido pela humanidade. • Autonomia. • Responsabilidade. • Respeito pelo indivíduo. • Capacitação permanente dos profissionais. • Ética, integridade e honestidade. • Espírito público e cidadania.
Visão de Futuro	Ser uma instituição reconhecida nacionalmente pela qualidade e responsabilidade na formação humana e acadêmica do jovem, numa forte e duradoura relação de confiança com toda a comunidade escolar, parceiros e entidades oficiais, resultante de elevados níveis de satisfação e de corresponsabilidade demonstrada.
Missão	Formar jovens no nível médio com elevada qualidade acadêmica, sintonizada com as necessidades e os interesses dos seus projetos de vida, condição essencial ao exercício de atividades profissionais de maneira competente, criativa e autônoma no contexto socioeconômico e acadêmico.
Premissas	<p>Protagonismo Juvenil O jovem como ator principal em todas as ações da escola.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Corresponsabilidade Todos (agentes internos e externos à escola) devem conjugar esforços para a efetivação do projeto escolar. • Atitude Empresarial Socioeducacional Espírito de servir voltado para produzir resultados. Humildade necessária para trabalhar em equipe. Consciência da importância da comunicação e da confiança.

Tabela 1 – Plano de Ação (continuação)

PLANO DE AÇÃO	
Premissas	<ul style="list-style-type: none"> • Formação Continuada Educadores comprometidos e submetidos aos processos de formação permanente. • Conhecimento a Serviço da Formação Humana Os quatro pilares do conhecimento orientando as práticas pedagógicas do projeto escolar. • Replicabilidade 33 Garantir a viabilidade dos achados, possibilitando a replicação da experiência.
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Protagonismo Juvenil Jovens autônomos, solidários, participativos, estabelecendo relações significativas com seu meio, qualificados para o trabalho e pleno exercício da cidadania. • Corresponsabilidade Toda a comunidade atuando de maneira participativa, comprometida e em plena sintonia com o desenvolvimento do projeto escolar. • Atitude Empresarial Socioeducacional Aplicação da TESE em todas as dimensões do processo de gestão do projeto escolar. • Formação Continuada Todos os educadores submetidos de maneira sistemática aos processos de formação continuada, de acordo com as especificidades de sua área de atuação. • Conhecimento a Serviço da Formação Humana Os quatro pilares do conhecimento norteando os planos de ensino dos educadores. • Replicabilidade Desenvolvimento de práticas inovadoras que possam ser replicadas em outras instituições de ensino.
Prioridades	<p>Jovens</p> <ul style="list-style-type: none"> - 1ª Série: garantir a eficácia do nivelamento em termos dos conhecimentos em matemática e língua portuguesa do ensino fundamental. - 2ª Série: inserir as práticas e vivências relativas aos projetos de vida no âmbito da formação profissional. - 3ª série: atender às necessidades presentes nos projetos de vida no que se refere à conclusão do ensino médio. <p>• Educadores</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aplicação da TESE nas práticas cotidianas de planejamento e execução. - Consolidação das práticas pedagógicas tendo em vista os resultados alcançados no 1º ciclo de existência do centro, após a conclusão da turma - 2004 do ensino médio.

Tabela 1 – Plano de Ação (continuação)

PLANO DE AÇÃO	
Prioridades	<ul style="list-style-type: none"> • Famílias e parceiros - Estimular a atuação mais efetiva da Associação de Pais, considerando o seu papel fundamental no processo de formação dos jovens e no desenvolvimento do projeto escolar. - Investir na captação de novos parceiros institucionais.
Resultados Esperados	<ul style="list-style-type: none"> • Jovens - A maioria dos estudantes executando os seus Projetos de Vida por meio da participação efetiva em projetos, crescendo na capacidade de aprender a aprender, expressa na melhoria dos resultados das avaliações internas e externas. • Educadores - Professores qualificados atuando em sua prática pedagógica de maneira eficiente e eficaz. • Famílias e parceiros - Pais dos estudantes plenamente satisfeitos (exteriorizando a satisfação diante da comunidade). - Ampliação do número de parceiros financeiros e controle dos custos. - Atitude empresarial. - O CEEGP vivenciando a tecnologia empresarial socioeducacional em sua rotina. • Replicabilidade - O CEEGP envolvido nas ações de tutoria para a instalação de novos centros. - O CEEGP atuando como <i>locus</i> de pesquisa e de estágio acadêmico para as instituições de ensino superior de Pernambuco. - Desenvolvimento de práticas inovadoras que possam ser replicadas em outras instituições de ensino.
Estratégias	<ul style="list-style-type: none"> Jovens - Equilíbrio do tempo pedagógico para as atividades em grupo e as aulas expositivas do professor. - utilização do instrumento prova. - acompanhamento do processo ensino-aprendizagem (ter a capacidade de identificar se houve aprendizagem ou não, e que procedimento adotar para garanti-la). - garantia da unidade e coerência dos professores em relação ao planejamento das disciplinas. - manutenção da parte diversificada do currículo.

Tabela 1 – Plano de Ação (continuação)

PLANO DE AÇÃO	
Estratégias	<p>Jovens</p> <ul style="list-style-type: none"> - ampliação das possibilidades de aprendizagem por meio de: estudo dirigido, acompanhado pelos professores; “aulões”; e trabalho de orientação profissional; aulas de informática para todos os estudantes; plena utilização do laboratório de ciências; excursões pedagógicas diversificadas; ampliação da interlocução entre a gestão e os estudantes. - Efetiva vivência da cultura avaliativa – agenda de provas semanais. - Criação do Conselho de Líderes de Turma com a participação de 21 estudantes e respectivos apoios; - Reinserção da TESE através da parte diversificada do currículo. <p>• Educadores</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elaboração e utilização dos Guias de Aprendizagem; - foco na aprendizagem do estudante; - maximização do tempo do professor para atendimento às necessidades dos Estudantes; - prática pedagógica que garanta a eficiência da aprendizagem e sua aplicação; - utilização dos Programas das Disciplinas orientados pelo PROCENTRO. <p>• CEEGP</p> <ul style="list-style-type: none"> - maior interlocução com as famílias; - planos e programas de ação executados; - acompanhamento, monitoramento e avaliação permanentes; - provas semanais atendendo a um calendário para todas as disciplinas; - garantia de uma agenda mínima para atendimento e acompanhamento de Projetos de Vida focados nos demais pilares; - maior concentração de aulas expositivas; - plena sintonia entre o currículo das três séries com os programas dos vestibulares e do PROCENTRO; - pleno acompanhamento e avaliação da gestão e coordenação pedagógica junto aos professores e estudantes; - integração da equipe gestora e comunidade.
Indicadores	<p>Estudantes</p> <ul style="list-style-type: none"> - 10% de evolução na média dos resultados do SAEPE; - 50% dos estudantes envolvidos nos projetos oportunizados pela escola e pelo programa; - 60% de estudantes com média anual superior a 6,0; - 30% dos estudantes das 3ª séries aprovados nos vestibulares; - média do Enem superior à média estadual; 36 - 50% de aumento das premiações em eventos científicos; - 50% de aumento das premiações em eventos de empreendedorismo juvenil;

Tabela 1 – Plano de Ação (conclusão)

PLANO DE AÇÃO	
Indicadores	<p>Estudantes</p> <ul style="list-style-type: none"> - ampliação das possibilidades de aprendizagem por meio de: estudo dirigido, acompanhado pelos professores; “aulões”; e trabalho de orientação profissional; aulas de informática para todos os estudantes; plena utilização do laboratório de ciências; excursões pedagógicas diversificadas; ampliação da interlocução entre a gestão e os estudantes. - Efetiva vivência da cultura avaliativa – agenda de provas semanais. - Criação do Conselho de Líderes de Turma com a participação de 21 estudantes e respectivos apoios; - Reinserção da TESE através da parte diversificada do currículo. <p>• Educadores</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elaboração e utilização dos Guias de Aprendizagem; - foco na aprendizagem do estudante; - maximização do tempo do professor para atendimento às necessidades dos Estudantes; - prática pedagógica que garanta a eficiência da aprendizagem e sua aplicação; - utilização dos Programas das Disciplinas orientados pelo PROCENTRO. <p>• CEEGP</p> <ul style="list-style-type: none"> - maior interlocução com as famílias; - planos e programas de ação executados; - acompanhamento, monitoramento e avaliação permanentes; - provas semanais atendendo a um calendário para todas as disciplinas; - garantia de uma agenda mínima para atendimento e acompanhamento de Projetos de Vida focados nos demais pilares; - maior concentração de aulas expositivas; - plena sintonia entre o currículo das três séries com os programas dos vestibulares e do PROCENTRO; - pleno acompanhamento e avaliação da gestão e coordenação pedagógica junto aos professores e estudantes; - integração da equipe gestora e comunidade.

Fonte: Adaptado do modelo apresentado no documento da TESE.

De posse desses conceitos e com metodologia definida, a equipe realiza seu trabalho com foco nos objetivos planejados, mantendo sempre o senso de responsabilidade e compromisso com o que é decidido e organizado para rotina didático-pedagógica. Após o plano de ação concluído, o mesmo passa a ser o documento que orienta todo esse trabalho e deve ser seguido rigorosamente por todos. Além disso, gestor, docentes e não docentes devem elaborar

seus planos individuais, o que é denominado de programa de ação, responsável pela operacionalização das ações e processos que cada um deve seguir.

Para iniciar seu plano de ação, cada um dos envolvidos deve se perguntar: qual é o “meu negócio”? Isso no sentido de se questionar qual “o seu papel dentro desse processo?”, e a partir desse questionamento desenvolver seu programa nos moldes do plano de ação de forma clara e simples para execução.

3.1.5 Formação para cidadania e o mundo do trabalho

De acordo com o modelo de gestão da Tese, o educando também deve seguir o mesmo raciocínio na condução de seu desempenho durante o tempo em que permanece na escola. Vale ressaltar que, de acordo com esse modelo de gestão, o educando participa ativamente de todo o processo para que conquiste sua autoconfiança, autodeterminação, autoestima e autonomia que, segundo o documento, é pré-requisito para construção de sua base e gerenciamento de suas competências e habilidades.

Nesse sentido, para que os educandos possam atingir esse perfil uma das premissas utilizadas e que ocupa grande destaque nesse processo é o protagonismo juvenil, inserida como conceito a despertar no educando o sentimento de personagem principal de atividade ou projeto voltado para solução de problemas reais. Com esses indicativos a educação profissional do Ceará adota, em conformidade com a Tese, os conceitos de protagonismo juvenil, formação continuada, tecnologia empresarial e níveis de resultados como guias para o modelo de gestão das EEEPs no Ceará.

O Projeto de Vida é o instrumento que vem a consolidar o aprendizado e despertar o protagonismo juvenil do estudante na construção estruturada de suas perspectivas de vida, focando no “sujeito estudante” na busca por qualidade de vida.

No currículo da parte diversificada há uma disciplina chamada “Formação Cidadã”, nela são trabalhados o Projeto de Vida e temáticas que agregam na formação integral do estudante. Essa disciplina é ministrada pelo Professor Diretor de Turma (PDT), que faz parte de um projeto chamado Diretor de Turma, implantado nas EEEPs, segundo portal da Seduc/CE:

O projeto propõe que o professor, independentemente de sua área de conhecimento, responsabilize-se por uma determinada turma, cabendo-lhe conhecer os estudantes individualmente, para atendê-los em suas necessidades. Além disso, são atribuições do professor diretor de turma (PDT) a mediação das relações entre a sua turma e os

demais segmentos da comunidade escolar, bem como o trabalho de formação cidadã e desenvolvimento de competências socioemocionais, junto aos seus estudantes⁴.

O PDT, além de ministrar 1h/a para sua turma, ainda dispõe de uma carga-horária extrassala de aula para que possa desempenhar as funções inerentes ao projeto. Entre essas atribuições, encontra-se o acompanhamento do Projeto de Vida do estudante, ao longo do ano e em etapas o mesmo é revisitado e reformulado de acordo com novas descobertas. Esse professor acompanha sua turma nos três anos do ensino médio, para que possa conhecer e estabelecer uma relação de parceria com a turma e realize intervenções com a família e demais docentes.

Um professor que leciona disciplina de sua área de formação e ministra simultaneamente a disciplina de Formação Cidadã. Suas atribuições vão de encontro à articulação entre pais, núcleo gestor, professores e alunos que compõem a turma. O diretor de turma tem quatro horas da carga horária semanal para efetivar: atendimento aos pais; organização do dossiê da turma e a disciplina de Formação Cidadã, com vistas a debater problemas socioeconômicos e culturais, identificados no portfólio dos alunos. A partir daí, são discutidos problemas de ordem pessoal ou social, cultural, diversidade étnica, linguística, cognitiva e de integração. A finalidade das ações é promover valores intrínsecos à aprendizagem mediante convivência solidária e social, onde os atores são, também, espectadores. As intervenções são delineadas em reunião do conselho de turma e registradas em ata. (CHAVES; LEITE, 2010, p. 3).

O projeto se torna uma ferramenta de gestão fundamental para o gerenciamento do desempenho dos estudantes e intervenções necessárias quando assim for necessário, sendo uma das principais estratégias de comunicação com o estudante promovendo, a aproximação para humanização do processo educativo.

⁴ Fonte: Seduc. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/projeto-professor-diretor-de-turma-ppdt>. Acesso em: 10 nov. 2021.

4 UM OLHAR ANALÍTICO PARA A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E A PERCEPÇÃO DOS EGRESSOS DA EEEP ADRIANO NOBRE

O desejo em compreender a articulação entre educação profissional e ensino médio, destacando-se a preparação para o trabalho e formação humanizada, através da experiência de jovens egressos advindos da Política de Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio no Ceará, leva-nos a lançar o olhar para os discursos dos jovens egressos sob a perspectiva de materialização de conceitos elencados e implementados nessa modalidade de ensino ofertada nas escolas de educação profissional no Ceará.

Ressaltando que o foco desta pesquisa reflete em como os conceitos historicamente antagônicos, como educação profissional e formação humanizada, articulam-se nesse tipo de ensino, que, de acordo com seus documentos orientadores, visa a preparação de jovens autônomos, solidários, participativos, estabelecendo relações significativas com seu meio, qualificados para o trabalho e pleno exercício da cidadania.

A ideia é compreender como, de fato, concretiza-se na prática essa política e quais suas implicações na rotina escolar e nas aulas ministradas, ou seja, desvendar sua funcionalidade, visto que essa modalidade tem especificidades que a escola regular não possui, como é o caso da aplicação de um plano de trabalho específico e a implementação da Tese no planejamento e execução do ensino de acordo com a proposta curricular. Nesse sentido, a referida proposta, em seu guia pedagógico, confere a intenção de:

[...] superar a dualidade que cinde educação profissional e propedêutica; superar uma formação que prepara os sujeitos para um saber técnico que exige somente uma repetição acrítica de um fazer que destitui o trabalho de sua função ontológica de realização humana e emancipação social (ARRUDA; BARBOSA; MOTA, 2014, p. 3-4).

Através do “Relatório de Gestão” é possível perceber que três fatores foram determinantes para implementação e formulação da proposta pedagógica das EEEPs, a saber: demanda do moderno mundo do trabalho, resultado negativo das avaliações externas do ensino médio no estado e a necessidade de universalizar esse nível de ensino na rede estadual. Dessa forma, podemos compreender melhor os princípios que regem a política e seus objetivos.

De forma mais generalizada, a proposta da política em questão busca corrigir problemas crônicos da educação básica em que o ensino regular não conseguiu obter êxito. Partindo dessa premissa, construiu-se uma política vislumbrando o desenvolvimento educacional na etapa final da educação básica, proporcionando aos jovens cearenses

oportunidades de integração ao mundo contemporâneo no que diz respeito à cidadania e mundo do trabalho.

4.1 A EEEP Adriano Nobre e a tentativa de minimizar a distância entre formação profissional e a formação humanizada

A EEEP Adriano Nobre está situada no município de Itapajé, localizado na região norte, distante 124km da capital do estado. Sua população é de 48.350 habitantes. Nesse espaço, a EEEP Adriano Nobre visa oportunizar chances de crescimento profissional e pessoal aos jovens. Como descreve seu PPP, a proposta pedagógica da escola tem a função de orientar as ações que se realizarão no cotidiano escolar nos aspectos técnico e pedagógico, respeitando-se as especificidades das áreas do conhecimento.

A economia do município gira sua maior parte pelo comércio, funcionalismo público e operariado, uma sociedade carente de mão de obra qualificada para que possa desenvolver suas potencialidades. A proposta desenvolvida no plano de ação se baseou nessas fragilidades para compor essa proposta de ensino, assim também como no alto índice de desemprego provocado pela grande desigualdade social oriunda da má distribuição de renda ou dos problemas encontrados para inserção dos jovens no mundo do trabalho. Nesse sentido, nasce a construção de uma proposta que pretende preparar os jovens de forma integral, possibilitando-lhes o desenvolvimento da aprendizagem e o ingresso no mercado de trabalho do nosso município e circunvizinhança.

A EEEP Adriano Nobre, em seu diagnóstico descrito no PPP, ofereceu em 2009, seu primeiro ano de funcionamento, três cursos de ensino médio integrado. Foram, ao todo, 135 vagas distribuídas nos cursos Técnicos em Enfermagem, Técnico em Informática e Técnico em Turismo. Em 2010, a escola ficou com seis turmas, as que iniciaram em 2009 e mais três que foram abertas para os cursos já existentes., nesse ano foram ofertadas mais 120 vagas. Em 2011, foram abertas mais duas turmas, uma de Técnico em Informática e a outra de Técnico em Redes de Computadores, totalizando, assim, oito turmas. Em 2012, foram abertas vagas para o curso Técnico em Redes de Computadores e Técnico em Comércio, dessa forma a escola contou com sete turmas, sendo uma de Técnico em Comércio, duas de Técnico em Redes de Computadores, duas de Técnico em Enfermagem, uma de Técnico em Turismo e uma de Técnico em Informática. Em 2013, foram abertas mais de três turmas, assim o quadro atual é de uma turma de Técnico em

Contabilidade, uma de Técnico em Informática, duas de Técnico em Redes de Computadores, duas de Técnico em Comércio e uma de Técnico em Enfermagem.

Diante desse contexto, desenvolve-se a EEEP Adriano Nobre, ofertando um projeto estadual e uma nova perspectiva para a educação dos jovens daquela região.

Assim como nas demais EEEPs, o ingresso na EEEP Adriano Nobre se dá por uma seleção de currículo do ensino fundamental II através de chamada pública anual realizada pela própria escola. Dessa forma, para conseguir vaga em uma EEEM os jovens precisam de um bom currículo com notas suficientes para que possa estar dentro das vagas ofertadas, pois as mesmas são ocupadas de acordo com classificação por uma média aritmética das notas do currículo do 6º ao 9º ano, as melhores notas ocupam as vagas. Os editais de chamada pública, reservadas as vagas de alunos de escolas públicas, garantem uma porcentagem para alunos oriundos de escolas particulares.

Durante 10 anos a EEEP Adriano Nobre funcionou em um prédio adaptado, apenas em 2019 a escola se mudou para o prédio-padrão construído na cidade.

Figura 3 – Prédio-padrão da EEEP Adriano Nobre



Fonte: Instagram @eeepadrianonobre.

As ações são desenvolvidas dentro do planejamento e de acordo com o plano de ação, através das quais são fomentados os objetivos descritos para o alcance das habilidades planejadas de acordo com cada ano. Dentro desse planejamento, destacam-se algumas ações como prioritárias já incluídas no planejamento anual.

Uma dessas ações, portanto, é a mobilização permanente para preparação das edições do Enem e a ampla divulgação dos destaques nos resultados alcançados por jovens

egressos. Anualmente, a escola realiza uma forte campanha de divulgação desses resultados exitosos de ingressos em cursos superiores, deixando bem clara sua política de *marketing* em relação aos resultados acadêmicos de seus egressos no que diz respeito ao sucesso dos melhores resultados do Enem, ou seja, aqueles que conseguem vaga em cursos de graduação. A campanha é uma ação promovida pela escola no sentido de divulgar as conquistas e ao mesmo tempo motivar os alunos a melhorarem seu desempenho acadêmico para que esses também consigam êxito nos cursos que almejam cursar.

Figura 4 - Mostra divulgação de resultados acesso ao nível superior



Fonte: Instagram @eepadrianonobre.

Outra ação realizada na parte diversificada do currículo que merece destaque inclui atividades de promoção do protagonismo empreendedor dos alunos no sentido de praticar aquilo que estudam em sala de aula, seguindo, assim, as diretrizes do plano de ação, que visa preparar os estudantes para executar os seus projetos de vida por meio da participação efetiva nesses projetos, crescendo na capacidade de aprender a aprender. Os jovens são orientados a praticarem aquilo que aprendem para que possam avaliar suas experiências e revisar seu Projeto de Vida, orientados pelo PDF.

Figura 5 – Feira do empreendedor



Fonte: Instagram @eepadrianonobre.

Destaca-se, também, no planejamento realizado na escola o incentivo a ações de socialização realizadas pela escola no sentido de promover a interação entre os alunos e descobrir habilidades artísticas e culturais de seus estudantes, ressaltando a premissa estabelecida pelo plano de ação, em que o jovem é o ator principal em todas as ações da escola.

Figura 6 – Ações protagonismo juvenil



Fonte: Instagram @eepadrianonobre.

Essas são algumas das ações desenvolvidas pela escola colocando em prática as orientações do plano de ação, vale ressaltar que esse plano é um documento elaborado de acordo com diretrizes da Tese, em que cada ator do processo tem sua função e assume sua responsabilidade para o sucesso da ação planejada.

4.2 O olhar de quem aplica a política de Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio na EEEP Adriano Nobre

Considerando que esta pesquisa avaliativa se propõe a lançar seu olhar analítico para política de educação profissionalizante integrada ao ensino médio no que diz respeito à experiência de jovens egressos, nesta seção foi realizada análise acerca da percepção dos atores que aplicam a política, a saber: gestores e professores.

O gerenciamento de todo o processo é um aspecto considerado muito importante para o sucesso dos resultados, e para garantir que seja colocado em prática o que está nos documentos oficiais como PPP e plano de ação, documentos elaborados na escola sob orientação direta da COEDP, célula criada pela Seduc em 2010 exclusivamente para acompanhar diretamente o trabalho das EEEPs, com a responsabilidade de orientar na implementação e gerenciamento que realizam diretamente com os gestores das referidas escolas.

São competências da Coordenadoria de Educação Profissional, segundo artigo 21, do Decreto n.º 30.282:

- I - definir o modelo de gestão e pedagógico das Escolas de Educação Profissional e implementá-los em articulação com a Superintendência das Escolas Estaduais de Fortaleza (Sefor), Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (Credes) e Instituições colaboradoras;
- II - coordenar as diversas áreas, garantindo a integração dos resultados pactuados e a sustentação e continuidade da rede de Escolas de Educação Profissional;
- III - definir objetivos, metas e o padrão de funcionamento da rede de escolas em tempo integral com oferta de educação profissional e garantir, em articulação com a Crede e Sefor, a infraestrutura física, recursos materiais, e insumos que permitam as Escolas Estaduais de Educação Profissional, o desenvolvimento satisfatório de suas atividades;
- IV - fomentar o desenvolvimento de perfil protagonista e empreendedor dos alunos do ensino médio das Escolas Estaduais de Educação Profissional;
- V - contribuir com a formação de jovens, no âmbito das Escolas de Educação Profissional, imbuídos de uma visão ético-política, capazes de serem líderes em processos de mudanças, participando criativa e solidariamente no encaminhamento e resolução de questões que dizem respeito ao bem comum (CEARA, 2010).

Por sua vez, os gestores escolares que recebem essa formação da COEDP têm a responsabilidade de replicá-la em suas escolas. Nesse processo, o alinhamento do gestor escolar com professores, e vice-versa, é chave para que a política, de fato, aconteça, visto que a mesma possui diretrizes que norteiam todos os passos do processo de ensino-aprendizagem.

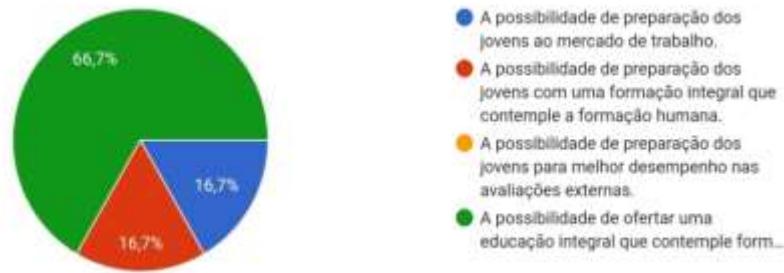
Em relação à gestão da EEEP Adriano Nobre, podemos perceber esse alinhamento com as diretrizes estaduais que norteiam esse trabalho, especialmente no que diz respeito ao objetivo geral da política, quando esta, em seus documentos norteadores, propõe-se a ofertar uma educação integral que contemple, além da formação acadêmica, formação humana e preparação para o trabalho no mesmo projeto, há nesse quesito, também, um alinhamento entre gestão e maioria de professores. A questão do propósito que a escola defende é algo categórico que se manifesta nesses atores, como a missão que a escola preconiza, o sentido geral do processo que realizam, como mostra os gráficos 1 e 2, quando questionados sobre a finalidade da proposta de ensino:

Gráfico 1 – Gestor



Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração própria (2021).

Gráfico 2 – Professores



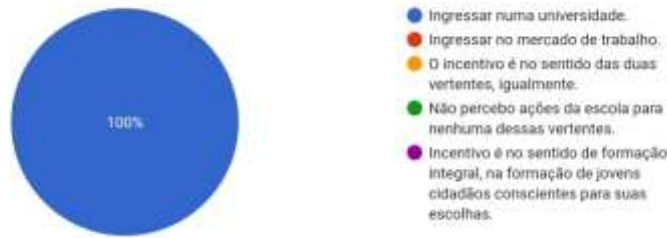
Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração própria (2021).

Entendemos que nesse sentido há um forte movimento por parte da gestão no intuito de que todos que fazem parte desse projeto possam internalizar a ideia principal da EEEP, ou seja, cada um na sua função absorve e replica o objetivo geral descrito na política em questão. O trabalho em equipe é algo que favorece a aplicação das ações e a comunicação entre gestão, professores e educandos. Esse alinhamento proporciona a construção da identidade da escola, o que se caracteriza nas falas dos atores desse processo faz com que a imagem da instituição seja disseminada de forma que o público saiba exatamente o que a escola oferece.

Ao ingressar na instituição de ensino, o educando já tem consciência do que o espera, o que evidencia só estar na escola quem tem realmente o interesse nesse tipo de ensino; em se tratando de ensino, sabe que esse é um fator muito importante para a aprendizagem e para o bom rendimento das aulas. Esse engajamento da equipe chega até seus alunos e amplia o poder da comunicação entre os pares, proporcionando melhor desempenho na realização das atividades cotidianas do currículo escolar, visto que todos têm entendimento da rotina que é vivenciada.

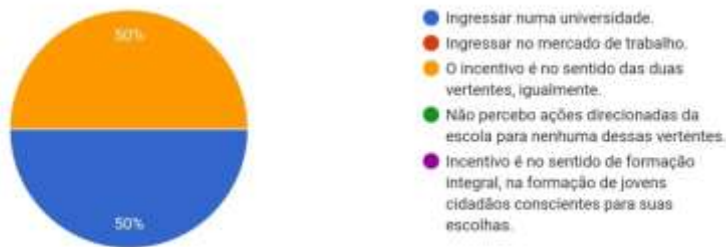
Quando se trata de analisar o trabalho realizado na EEEP em relação ao objetivo dos esforços dedicados, também há um forte alinhamento entre gestão e professores. Ao serem indagados sobre o incentivo principal na formulação das ações desenvolvidas, obtivemos as seguintes respostas:

Gráfico 3 – Gestor



Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração própria (2021).

Gráfico 4 - Professores



Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração própria (2021).

Nesse sentido, fica evidente que o ingresso na universidade é o fator que determina o planejamento didático em ações desenvolvidas no ambiente escolar, e que as mesmas têm por finalidade alcançar esse objetivo, o itinerário formativo do aluno é construído por múltiplas ações que os possibilitarão conquistar essa meta.

Nos gráficos a seguir é possível perceber que mesmo com alinhamento entre gestão e professores em relação à função da escola, quando concordam que esta tem como objetivo proporcionar aos alunos a possibilidade de ingresso na universidade, como exposto nos gráficos 3 e 4, esses afirmam haver, também, propósito de formar integralmente esses jovens, o que remete a um itinerário formativo que proporcione essa formação durante o percurso desses alunos na escola.

Percebemos, assim, que, apesar de o foco maior ser proporcionar aos jovens a possibilidade de ingresso na universidade, há citação da preocupação por parte dos professores de uma intenção de formação que contemple tanto o ingresso na universidade quanto a formação para o trabalho.

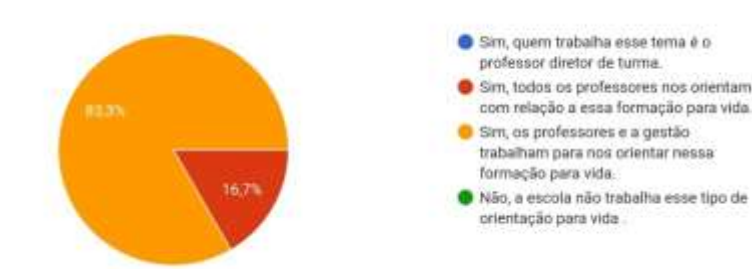
Nos gráficos 5 e 6 tratamos da questão da formação em si que é aplicada em sala de aula, ou seja, como é trabalhada essa educação integral que os professores identificam no gráfico 4 mostrado anteriormente:

Gráfico 5 – Gestor



Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração própria (2021).

Gráfico 6 – Professores



Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração própria (2021).

Compreendemos com as respostas de gestor e professores que há um objetivo a ser alcançado no caso o ingresso na universidade e, nesse sentido, são planejadas e executadas as aulas, levando em consideração fatores que agreguem habilidades tanto no sentido da formação acadêmica quanto na preparação para o trabalho, capazes de contribuir para o progresso da aprendizagem, preparando-os, também, para uma vivência cidadã em sociedade.

Verificamos, assim, que o foco principal é o ingresso na universidade, nesse sentido o itinerário de estudos se consolida ao ser planejado para alcançar o sucesso acadêmico. Para isso é organizado de forma a integrar no currículo componentes da educação integral que possam desenvolver as habilidades necessárias para esse fim.

Percebe-se a valorização dessa conquista quando da ampla divulgação de resultados e de um trabalho mútuo entre os profissionais demonstraram nas respostas. A adesão de um ensino voltado para formação integral é implementada como aspecto essencial para alcançar um objetivo maior, parte do processo que é o sucesso nos estudos posteriores, o que

se observa, inclusive, em relação à forte divulgação de resultados pós-Enem, o que podemos considerar o encerramento do ciclo estudantil dos alunos do ensino médio e o ingresso na universidade.

A política de educação profissional no Ceará traz em suas diretrizes clareza no que diz respeito à finalidade, pois foi implementada para fazer crescer os índices educacionais do estado na aprendizagem. Entendemos que o avanço na quantidade de jovens egressos com ingresso na universidade para a Seduc é a evidência de que a política cumpriu seu objetivo. Em se tratando de trabalho de gestão educacional, ter clareza daquilo que se pretende alcançar faz toda a diferença, e nessas escolas, especialmente na EEEP Adriano Nobre, isso facilita bastante o trabalho e introduz agilidade na aplicação. A partir de nossa experiência como gestora escolar, compreendemos que esse é um diferencial que as escolas públicas regulares ainda não conseguiram atingir.

A partir do momento que se tem essa clareza de objetivos, a elaboração e planejamento do itinerário formativo e rotina escolar se tornam mais eficazes, pois, tendo-se clareza do que se deseja alcançar, é possível visualizar o que se deve contemplar nesse itinerário. O alinhamento entre os atores desse processo chega ao aluno de forma mais segura, de maneira que estes possam absorver melhor o que lhes é ensinado, até que chega um momento em que todos na escola caminham na mesma direção, a liderança da gestão é fator determinante para o sucesso da instituição.

4.3. A voz dos egressos: contribuição do ensino ofertado na formação na EEEP Adriano Nobre

Faremos neste tópico a apresentação dos dados de coleta da pesquisa em consonância com as discussões teóricas levantadas pelos autores que esta pesquisa referencia – Adorno (2020), educação não se trata de modelagem ou transmissão de conhecimento, mas uma educação que possibilite uma consciência verdadeira; Freire (1980; 1996), ensino na perspectiva progressista que crie possibilidade do diálogo numa relação professor/aluno, em que este possa construir seu próprio conhecimento partindo de seu contexto; Manacorda (2010), com seu conceito de omnilateralidade, que busca a total capacidade de aprender para superação da divisão do trabalho; e Saviani (2003b; 2006; 2010), com a formação integral como necessidade do enfoque global do aprender, em que a escola deve promover aprendizagem completa para desenvolvimento do estudante para as habilidades necessárias de adaptação da natureza à sua existência.

Nesse sentido, foi lançado nosso olhar sobre o Projeto de Educação Profissionalizante no que diz respeito à didática de ensino aplicada na EEEP Adriano Nobre, considerando a visão dos sujeitos ligados diretamente nesse processo, como gestão, professores e estudantes, com base nos conceitos acima relacionados pelos autores que nos inspiraram durante o processo de pesquisa e também durante o curso de Avaliação de Políticas Públicas.

Para que possa haver melhor compreensão deste tópico, fizemos uma divisão em subtópicos, no sentido de organizar as abordagens, iniciando pela identificação dos sujeitos, seguimos com a motivação que os levaram a estudar na EEEP Adriano Nobre, a percepção das aulas e disciplinas, formação técnica, acadêmica e humana e, por fim, o legado dos egressos ao estudarem na EEEP Adriano Nobre.

4.3.1. Identificação dos sujeitos

Para que pudéssemos compreender de forma mais real possível como, de fato, acontece o processo de ensino na EEEP Adriano Nobre e como o mesmo influencia na trajetória estudantil dos egressos dessa instituição, consideramos a fala dos atores que diretamente estão ligados na rotina escolar, como gestão, professores e estudantes egressos que passaram por esse processo de formação.

Inicialmente, aplicamos o questionário ao gestor para que pudéssemos observar sua visão acerca da política em questão aplicada e sua capacidade de liderança para aplicação de conceitos e metodologias indicadas com seus liderados para a realização desse projeto.

Na sequência, foi aplicado questionário aos professores para sabermos como os mesmos entendiam e aplicavam as metodologias que a política exigia em seus documentos norteadores, assim como suas percepções acerca do objetivo dessa política. Contamos com a participação de 6 professores.

Os egressos, ao tratarem de sua trajetória de formação na EEEP Adriano Nobre, demonstram elementos que retratam o significado e a influência dessa experiência para sua vida.

Privilegiamos nesta pesquisa a participação de 19 egressos da referida escola, variando o ano de conclusão de 2011 a 2020, com idade entre 17 a 27 anos. Destes, 55,6% são do sexo feminino e 44,4% do sexo masculino, 44,4% desses egressos se identificam com ensino médio completo, 50% atualmente cursam uma graduação e 5,6% cursando pós-graduação.

Sobre remuneração, 50% não têm renda, 33,3% renda de até 1 salário mínimo, 5,6% renda entre 2 e 3 salários mínimos e 11,1 acima de 3 salários mínimos.

Em relação à ocupação, 38,8% se identificam como estudantes atualmente, 27,8% estagiários, 22,2% empregados na sua área de formação, 5,6% empregados, mas não na área de formação, e 5,6% sem ocupação.

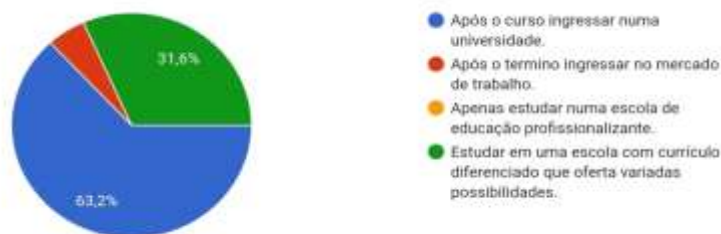
Em sua maioria, esses alunos vêm de escolas públicas municipais e se submetem à chamada pública de seleção por notas do histórico do ensino fundamental, porém a legislação estadual garante uma porcentagem para alunos oriundos de escolas particulares, os quais se submetem ao mesmo regime de seleção em sua categoria.

A EEEP Adriano Nobre absorve alunos não só do município de Itapagé, mas também dos municípios vizinhos que não têm EEEP, como é o caso dos municípios de Tejuçuoca e Umirim.

4.3.2. *Motivação de ingresso na EEEP Adriano Nobre*

Ao observarmos as respostas, é possível perceber que ao ingressar na escola a maioria dos alunos já tem clareza do que querem, como demonstra o gráfico abaixo, as expectativas são as de ingressar numa universidade, o que nos leva a compreender que esses já têm uma visão clara do trabalho desenvolvido na escola.

Gráfico 7 – Objetivos dos alunos



Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração própria (2021).

Em destaque, o que se percebe nas respostas é que esses alunos buscam uma escola que os ofereça oportunidades de conseguir chegarem à universidade e que lhes possibilite um ensino mais eficaz no processo de ensino-aprendizagem. Segundo as respostas do gráfico, observamos que ao ingressar na EEEP esse estudante tem *sede* de conhecimento, implicitamente se subentende que o aluno tem perfil de estudante, tem clareza do que busca e

sabe que a escola profissionalizante pode lhe oferecer ferramentas para alcançar de suas metas.

Entende-se que trabalho realizado com foco e objetivos claros pela escola reflete na decisão dos jovens estudantes em ingressar nessa instituição, entendemos que isso é considerado o ponto de partida. Ao chegar na instituição e já saber o que se busca é algo muito importante e que facilita na adaptação, evita que ao longo do processo haja maiores frustrações. Importante ressaltar que 33,3% das respostas desses estudantes também demonstram desejo em vivenciar possibilidades diversas, o que remete ao ímpeto da idade de jovens que vislumbram realizar seus sonhos e veem na escola essa possibilidade de realização.

A EEEP Adriano Nobre, assim como as demais EEEPs, trabalha essa questão do futuro do estudante com o componente curricular Projeto de Vida, em que um professor denominado diretor de turma tem um tempo reservado para esse trabalho, que é realizado de forma coletiva, mas tem acompanhamento individualizado.

No Projeto Professor Diretor de Turma (PPDT), no qual cada turma tem um professor para realizar essa demanda, cada professor faz o acompanhamento de uma só turma. Nesse componente, o diretor de turma acompanha e realiza intervenções necessárias para a melhoria de desempenho dos alunos em seu projeto de vida, segundo documento orientador, realizando, inclusive, intervenções com as famílias quando se faz necessário. Saber que a escola oferta esse tipo de atendimento é algo que chama atenção e demonstra que a escola sabe da necessidade de seus alunos. Entendemos aqui que quando os alunos se referem a diversas possibilidades é nesse sentido que estão falando, de um apoio que não encontraram anteriormente, de um leque de opções das quais podem se ocupar.

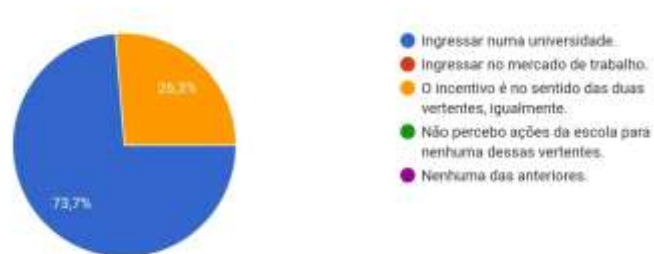
A motivação em vivenciar experiências diversas que os alunos trazem ao ingressarem na EEEP Adriano Nobre reflete a socialização que a escola realiza com a comunidade escolar na divulgação de um trabalho com foco e clareza, capaz de internalizar na comunidade a sua missão e o desafio que os jovens irão enfrentar ao ingressar na escola para alcançar os seus objetivos, isso faz com que os estudantes vejam essa instituição como a possibilidade de realizar seus sonhos.

4.3.3 Percepção das aulas e disciplinas

De acordo com a fala dos egressos, em se tratando de suas expectativas, as aulas incentivam os jovens especialmente a ingressarem numa universidade, como mostra o gráfico

a seguir com as respostas dos egressos, ao serem questionados sobre o principal incentivo recebido nas aulas da EEEP Adriano Nobre:

Gráfico 8 – Expectativas dos alunos

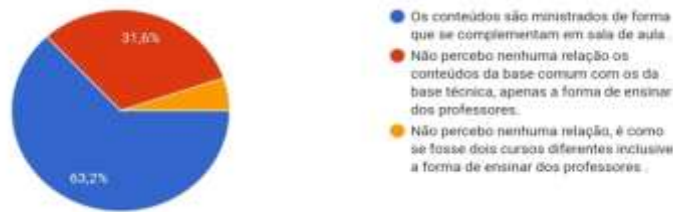


Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração própria (2021).

Assim, percebemos na observação do gráfico que esse ensino trabalha o progresso dos alunos para o seu sucesso nos estudos posteriores, ou seja, as aulas são votadas para esse objetivo, que busca, também, a compreensão e atenção dos estudantes para o que precisam aprender para alcançar aquilo que buscam, embora haja também uma preparação para o trabalho, quando da resposta dos 27,8% faz referência ao mercado de trabalho, o que é compreensivo, pois a política também traz em seus documentos essa premissa de preparação para o trabalho, num sentido de educação omnilateral que prepare o jovens para enfrentar a sociedade tecnológica, que exige uma formação integral capaz de exercer diversos tipos de funções. Percebemos que isso também é algo que desperta no aluno a vontade de ingressar e permanecer na escola. Mas, embora haja essa orientação, essa preparação se dá de forma a preparar o estudante também para o mundo do trabalho, não de forma a prepará-lo para uma o exercício de uma determinada profissão ao mercado, e sim uma preparação que gira em torno de preparar o educando para a escolha de uma profissão de acordo com suas habilidades, ou seja, apresentando aos jovens as competências necessárias para inserção no mundo de trabalho da sociedade moderna, de forma a proporcionar uma visão global através da complementariedade entre os conteúdos ministrados.

Observemos, a seguir, o gráfico com respostas sobre prática em sala de aula nas disciplinas da base comum e base técnica, quando questionados sobre o dia a dia na escola, especialmente no que diz respeito à prática e conteúdos ministrados nas disciplinas:

Gráfico 9 – Prática em sala de aula



Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração própria (2021).

De acordo com o gráfico, os sujeitos demonstraram que as disciplinas têm um foco em comum, embora possam ser ministradas com dinâmicas diferentes. Se evidencia, mais uma vez, que a progressão nos estudos com sucesso nas avaliações externas, especialmente o Enem, é o principal objetivo, e que a dinâmica empregada nas disciplinas traduz a forma de chegarem a esse objetivo. Fica subentendido que os professores em suas aulas se utilizam da mesma didática de incentivo para o desenvolvimento da aprendizagem em suas disciplinas, o que se torna ponto comum entre as disciplinas.

Nesse caso se observa que os estudantes já têm definido seus objetivos, que é o sucesso nos estudos posteriores, o que se concretiza com o ingresso na universidade, as disciplinas e a forma como as mesmas são ministradas e chegam até esses estudantes como ferramentas para alcançarem esse objetivo.

A maioria consegue identificar a relação entre as disciplinas da base comum com a da base técnica, o que nos remete à intenção de proporcionar a formação integral, em que os componentes se complementam para dar suporte mais sólido à aprendizagem.

Quando observamos os gráficos 8 e 9 podemos perceber que o foco é realmente para o ingresso na universidade, porém as disciplinas são ministradas de forma que o estudante possa agregar os conhecimentos e desenvolver sua aprendizagem de uma forma integral, contemplando suas expectativas.

4.3.4 Formação técnica, acadêmica e humana

Sobre o trabalho de formação realizado pela EEEP Adriano Nobre, quando indagados sobre a proposta dos documentos norteadores em ofertar além da formação técnica e acadêmica, uma formação humana que forme o cidadão para a vida de forma integral e a prática dos profissionais da escola, obtivemos as seguintes respostas:

Gráfico 10 – Proposta dos documentos norteadores



Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração própria (2021).

De acordo com o gráfico, a maioria percebe que gestão e professores trabalham alinhados em suas práticas no sentido de promover essa formação integral. Como observado no gráfico, há identificação em relação ao componente curricular de formação cidadã, que desempenha papel de acompanhamento dos alunos na sua trajetória estudantil na escola com foco na construção de seu projeto de vida, em que o professor desempenha, inclusive, a função de articulação com demais professores e família, com o objetivo de melhorar o desempenho do estudante para alcance de suas metas, o que nos leva a perceber que esse componente favorece diretamente a complementariedade entre os componentes de forma que os professores possam ter uma visão do todo e planejar sua aula de acordo com a necessidade dos alunos.

Fica evidente que a formação humana é trabalhada na escola no sentido de contemplar a formação integral, e que cada ator tem seu papel para que os estudantes possam absorver bem o que lhes é apresentado nas disciplinas ofertadas. Entendemos que a disciplina de “Formação Cidadã” é o ponto de equilíbrio que consolida os aspectos que devem ser desenvolvidos pelos alunos, mas que os conceitos e didática são realizados iniciando pela gestão e também por todos os professores.

4.3.5 O legado de estudo na EEEP Adriano Nobre

Ao manifestar livremente seu pensamento a respeito da experiência de estudo na EEEP Adriano Nobre, os egressos demonstram suas opiniões do ensino que é ofertado na escola, refletem suas vivências e a importância dessas em suas vidas. Vejamos a expressão de alguns egressos nas falas sobre aspectos negativos e positivos:

Positivo Dentre os muitos aspectos positivos a serem citadas, a organização e a diversificação do currículo sempre me fascinaram. Trazer a diversificação para uma

escola de tempo integral é aliar componentes que façam os estudantes desempenharem diversos papéis em prática em um só lugar. Não vejo formas negativas na minha vivência na EEEP.

Positivo: A formação de relações interpessoais foi o aspecto mais enfático e positivo. De negativo, acho que a rotina intensa de base tec e base comum.

Positivo: A formação integral do aluno, principalmente no aspecto humano. De negativo: a cobrança excessiva a respeito do bom desempenho no ENEM, deveria haver um diálogo que proporcionasse ao estudante outras opções de vida, que não necessariamente passem pelo ENEM.

Positivo: O empenho dos professores e a empatia que os mesmo tinham em relação às fragilidades dos alunos. Pontos negativos: a cobrança excessiva de estudos para que a escola possa obter sempre bons resultados, forçava muito a mente, e para uma pessoa que já possuía uma certa instabilidade mental isso era bem fatal.

Positivo: Os mestres são muito bem capacitados, os conteúdos são atualizados, a prática humanística é muito presente, etc. O único ponto negativo é a exaustão mental.

Os egressos refletem que esse ensino é significativo em suas vidas, expõem suas opiniões de forma clara e concisa, demonstrando conhecimento do que estão dizendo. Um dos pontos que chama atenção é a forma com que se referem aos professores, demonstram respeito e admiração, o que se conclui que esses professores tiveram papel importante em suas vidas. Vale lembrar que esse é um ponto de referência do trabalho aplicado na escola, é nele que se trabalha a formação humana através de componentes que favorecem o diálogo com claro objetivo de conquista do estudante.

Lembramo-nos aqui de uma citação de Rubem Alves:

Toda experiência de aprendizagem se inicia com uma experiência afetiva. É a fome que põe em funcionamento o aparelho pensador. Fome é afeto. O pensamento nasce do afeto, nasce da fome. Não confundir afeto com beijinhos e carinhos. Afeto, do latim "affetare", quer dizer "ir atrás". É o movimento da alma na busca do objeto de sua fome. É o Eros platônico, a fome que faz a alma voar em busca do fruto sonhado (ALVES, 2002).

É sobre entender a necessidade do aluno, conhecer seus anseios e, como esses sugerem, que isso, de fato, pode fazer a diferença, para aprender é preciso ter a fome do conhecimento, é preciso querer, ninguém aprende por obrigação, o principal ingrediente do aprender é realmente desejar esse conhecimento. As falas apontam que essa escola entendeu que esse pode ser o caminho para conseguir realizar o objetivo de ensino da instituição.

Essa é uma característica forte na metodologia de ensino que a escola desenvolve, um instrumento importante para lidar com a questão da rotina intensa que os egressos relatam. Essa cobrança excessiva como os mesmos expõem em suas falas trazem a reflexão acerca da questão da saúde mental quando se referem à exaustão mental, instabilidade mental e a cobrança excessiva para o desempenho no Enem. Isso reflete que a escola tem consciência

desse questionamento, sabe que cobra muito e precisa ofertar mecanismos que possam ajudar na superação dessa questão levantada pelos estudantes, que chegam a questionar o direcionamento unilateral, que vislumbram também outras possibilidades que não seja somente via Enem.

Sobre o questionamento se indicariam o ensino na EEEP Adriano Nobre para alguém, todas as respostas dos egressos foram positivas, vejamos algumas:

Sim, claro. Estudar na EEEP Adriano Nobre foi algo que, sem dúvidas, mudou minha vida.

Sim. A EEEP é uma ótima instituição para desenvolver-se quanto estudante, estimulando a disciplina, responsabilidades e visões sobre o mercado de trabalho, ensino superior e a vida.

Super, a EEEP me proporcionou momentos inesquecíveis, amizades tantos de colegas de turma quanto de professores, o ensino apesar de ser mega cansativo no final vale muito apena, e a EEEP pra mim sempre foi um refúgio, era minha segunda casa.

Sim. É uma oportunidade de crescer como profissional/estudante e pessoa.

Sim, a depender das expectativas da pessoa com o modelo de ensino.

Sim, pois você sai de lá com experiência profissional e com o pé dentro da universidade.

Nesse quesito é unânime a resposta que indicariam sim, quando refletem, inclusive, acerca da importância que a escola tem em suas vidas, demonstram que, de fato, absorveram a essência que a escola desenvolve, que a escola propaga. Nesse aspecto, também surge o questionamento acerca da rotina exaustiva quando é citado o fato de ser muito cansativo. Essa fala indica que os estudantes são conscientes desse esforço, como se fossem colocadas todas as opções, mas que teriam um preço a pagar, porque no final vale a pena o esforço dedicado.

Ao final das perguntas, foi deixado espaço para acrescentarem colocações que não foram colocadas nas questões anteriores, segue algumas das respostas obtidas:

A ideia geral da EEEP é completa e positiva. Só acho que, em alguns aspectos, tende a pecar no que diz respeito à externar o olhar do estudante pro mundo fora da escola.

Parabenizo pela pesquisa e acrescento que ser EEEP é um estilo de vida que a princípio pode parecer difícil, mas que é bastante gratificante.

Gostaria de ressaltar o excelente trabalho feito na EEEP que estudei (EEEP Adriano Nobre) na adequação das aulas ao modelo remoto durante a pandemia. O ensino continuou excelente e o estímulo ao estudo também.

Talvez questionamento a respeito dos graduandos ou graduados após EEEP, se os cursos de nível superior foram na mesma área do curso que se formou na Escola

Profissional, e o quanto esses cursos profissionalizantes ajudam no desenvolvimento profissional do egresso.

Trabalhar as pessoas para entender que todas as profissões são importantes.

As EEEPs normalmente têm um foco maior no desenvolvimento do cognitivo, e no sucesso das disciplinas do colégio e avaliações externas, além do ingresso na universidade, tendo uma cobrança maior, que por vezes traz certa ansiedade e instabilidade emocional. Apesar deste enfoque também são trabalhadas questões humanísticas, mais individualmente por meio da relação do professor com a turma, esse é um ponto extremamente positivo. Reuniões de Conselho de Classe também são uma forma do aluno ser ouvido quanto as suas queixas, possibilitando a elaboração de estratégias para melhorar a situação.

De acordo com as informações coletadas, podemos perceber que no trabalho realizado na EEEP que os laços afetivos são cultivados durante a jornada de estudo, ao longo do período em que permanecem na escola a motivação que os estudantes têm ao ingressarem vai criando forma e contornos fazendo com que eles fortaleçam seus objetivos no sentido de progredirem na aprendizagem e evoluírem no pós-ensino médio. A proposta não tem um fim em si em produzir um técnico, mas o propósito de fortalecer o estudante e prepará-lo para os desafios posteriores através do exame do Enem.

Mais uma vez é citada a questão da ansiedade e instabilidade emocional causada pela cobrança maior do ingresso na universidade. Ao refletirem sobre essas questões, entendemos que a formação humana na escola passa por essa temática por causa da jornada intensa a qual os estudantes são submetidos por conta da carga horária de estudo integral, a qual os mesmos não estavam habituados no ensino fundamental, subentende-se que a escola prevê e se planeja antecipadamente para essa sensibilização. Isso fica evidente na fala dos estudantes em expressar a importância que a escola teve em suas vidas, que é difícil, mas que no final é bastante gratificante.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa em questão nos permitiu conhecer a Política de Educação Profissionalizante no estado do Ceará e a aplicação da metodologia de ensino que a mesma propõe em seus documentos norteadores na EEEP Adriano Nobre. Uma aposta do governo do estado do Ceará para melhorar o desempenho da aprendizagem dos estudantes de ensino médio e elevar os índices educacionais da rede estadual de ensino.

Inicialmente, percebemos que a proposta tem objetivo claro, com metodologias bem definidas para alcance de seu objetivo. Seus documentos mostram com objetividade os meios utilizados para a realização do itinerário formativo do estudante e que conta com a parceria de uma equipe alinhada e com foco no trabalho a ser desenvolvido, escolhidos através de seleção pública para identificação desse perfil de gestor.

O trabalho alinhado entre gestão, professores, família e demais funcionários, juntamente com a perspectiva estudantil de sucesso, é a ideia principal que move a política em questão, essa mobilização para a escola é primordial para que o trabalho possa funcionar, de fato.

Percebemos que o viés humanizador da proposta de formação nas EEEPs presente no plano legal também é perceptível nas falas dos atores, que nos levam a entender que as relações interpessoais são fator fundamental para que consigam vencer as dificuldades do processo educativo, focando na trajetória formativa e construindo objetivos pós-ensino médio. Na percepção sobre a relação interpessoal, percebe-se que a aproximação do educando através da empatia estabelece um vínculo de confiança entre professor e aluno, o que torna mais fácil o processo de aprendizagem.

A visão da gestão em relação ao enfoque dado na proposta delinea o contorno que se traduz no plano de ação, e que é executado por toda comunidade escolar, assim como sua adesão se reproduz aos demais agentes desse processo através da liderança que a comunidade desempenha. A gestão, assim como norteia os documentos que regem essa política, entende que antes de formar um bom trabalhador é preciso formar um bom ser humano. Para isso, compreende também que é necessário proporcionar aos jovens estudantes uma formação integral capaz de entregar à sociedade um cidadão consciente de seu papel e desempenhar funções inerentes à sociedade tecnológica que vivemos, dominando os códigos da modernidade que os tornarão preparados para desempenhar as mais variadas funções, se assim desejarem.

Dessa forma, concluímos que a proposta de um ensino, diferente do ensino regular, que o estado do Ceará entrega à população desde o ano de 2008, traz uma metodologia inovadora para a rede de ensino do estado do Ceará, e na EEEP Adriano Nobre tem conseguido avançar na conquista de seus objetivos através de um trabalho realizado com foco e planejamento de uma rotina intensa que coloca o estudante no centro do processo como protagonista de sua história.

Para esse fim, é implementado um itinerário que se inicia logo na divulgação do trabalho de apresentação da escola à comunidade, que entende que para ingressar na instituição precisa realmente querer estudar, aqueles que se propõem a ser aluno já entendem o que os esperam.

Quando o estudante inicia, conta com uma equipe alinhada que *fala a mesma língua*, com propósito de cativar o aluno para que este se sinta parte da instituição e entenda qual o seu papel dentro desse processo, ou seja, o resultado vai depender muito do seu esforço e desempenho.

Para se chegar ao resultado esperado, que é o desenvolvimento da aprendizagem que se concretiza com o ingresso do estudante na universidade, especialmente através do Enem, é planejado um itinerário formativo o qual é realizado através de metodologias que agregam eficiência e eficácia ao trabalho, que é desenvolvido por toda a comunidade escolar.

Esse itinerário consiste em um plano de trabalho que conta inicialmente com a socialização objetiva da missão que a escola deverá desenvolver com os atores do processo, especialmente os professores que assimilam e planejam suas aulas de acordo com o plano de ação.

Entendemos que esse itinerário é iniciado já na socialização da proposta com a comunidade escolar, e é realizado de forma a contemplar ferramentas capazes de promover a efetivação desse itinerário e sucesso da proposta em questão.

Identificamos nesse itinerário três ferramentas de gestão utilizadas como essenciais, são elas: a Tese, o PPDT e a ampla divulgação dos alunos conseguem atingir o objetivo de ingresso na universidade.

A Tese é percebida como a tecnologia de gestão que dá corpo ao trabalho, que dá forma e agilidade à rotina escolar através do seu conceito de macroplanejamento, que norteia o plano de ação da escola com a metodologia execução, planejamento e avaliação. É possível perceber nas palavras da gestão, professores e egressos um alinhamento que reflete bem essa metodologia da Tese, pois há uma conscientização dos atores do processo em reconhecer o

papel de cada um, onde estão e onde querem chegar, reconhecendo, também, quando egressos citam a exaustão do ensino, mas, por saber onde querem chegar, acreditam que vale a pena.

O PPDT é ponto de equilíbrio, em que se pratica a questão da formação humana e evolução do estudante, em que o professor acompanha sua turma e o projeto de vida de cada aluno de forma diferenciada, de acordo com a necessidade de cada um para superação das suas dificuldades, realizando intervenção com os demais professores e com a família.

O PDT tem uma aproximação maior com o estudante, o que lhe permite ampliar para este o conceito de educação integral como princípio indispensável para realização de suas metas. Esse professor é fundamental para a implementação do plano de trabalho, para que os estudantes entendam os conceitos que consistem em ofertar a eles ensino com foco nas competências e habilidades necessárias para sua preparação aos estudos posteriores e sua inserção na sociedade moderna.

Após a conclusão de um ciclo, há intenção em divulgar os resultados e consolidar a imagem construída pela escola à comunidade escolar, uma forma de apresentar que o itinerário formativo funciona e produz resultados positivos.

O ensino da EEEP Adriano Nobre demonstra que o estado do Ceará adaptou a proposta de educação profissional, a qual está inserida em um processo de reorganização mundial, a um projeto de ensino com objetivos bem definidos. Através do mesmo, vem alcançando êxito, ainda que com alguns pontos a analisar, como é o caso da formação para além do ingresso na universidade, que tem conseguido êxito no avanço dos índices educacionais do estado.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. Educação e emancipação. Tradução: Wolfgang Leo Maar. *In*: ADORNO, T. W. **Educação e Emancipação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

ALVES, R. Rubem Alves: a arte de produzir fome. **FolhaOnline**, 29 nov. 2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/sinapse/ult1063u146.shtml>. Acesso em: 10 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto n. 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1997.

BRASIL. **Decreto n.º 5.154 de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília: MEC, 2004a.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 39/2004, aprovado em 08 de dezembro de 2004**. Aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio. 2004b.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Profissionalizante e Tecnológica. **Documento Base: Educação profissional técnica de nível médio integrado ao ensino médio**. Brasília: MEC, 2007a.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Brasil Profissionalizado. Brasília: MEC, 2007b.

BRASIL. **Lei n.º 11.741, de 16 de julho de 2008**. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Brasília: MEC, 2008.

CEARÁ. **Chamada pública de adesão ao projeto professor diretor de turma**. Fortaleza: SEDUC/CE, 2010.

CEARÁ. Secretaria da Educação. **Lei n. 14.190, de 30 de julho de 2008**. Institui o Programa Aprender pra Valer. Fortaleza: Seduc, 2008a. Disponível em: https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2012/10/lei_14190_2008_cria_programa_aprender_pra_valer.pdf. Acesso em 10 nov. 2021.

CEARÁ. Secretaria da Educação. **Lei n. 14.272, de 19 de dezembro de 2008**. Fortaleza: Seduc, 2008b. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/5474560/pg-1-caderno-1-diario-oficial-do-estado-do-ceara-doece-de-23-12-2008>. Acesso em: 10 nov. 2021.

CEARÁ. Secretaria da Educação. LEI N° 14.273, de 19 de dezembro de 2008. Fortaleza: Seduc, 2008c. Disponível em: <https://apeoc.org.br/wp-content/uploads/2010/11/LEI.n.14273de2008.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2021.

CEARÁ. Secretaria da Educação. **Modelo de Gestão** - Tecnologia Empresarial Socioeducacional (TESE). Uma nova escola para a juventude brasileira escolas de ensino médio em tempo integral. Fortaleza: Seduc, [2008?]. Disponível em: https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/images/tese/manual_modelo_gestao.pdf. Acesso em: 10 nov. 2021.

CEARÁ. **Decreto 30.933, de 29 de junho de 2012**. Institui o programa de estágio para alunos e egressos do ensino médio da rede pública estadual voltada à formação técnica e qualificação profissional, e dá outras providências. Fortaleza: Seduc, 2012.

CEARÁ. Secretaria da Educação. Coordenadoria de Educação Profissional. **Relatório de Gestão “O pensar e o fazer da educação profissional no Ceará – 2008 a 2014”**. Fortaleza: Seduc, 2014.

CHAVES, M. L. B.; LEITE, H. E. G. F. O Projeto Diretor de turma no Ceará, dois anos depois. *In*: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO – ANPAE, 2010. **Anais...** 2010. Disponível em: <https://www.anpae.org.br/simposio2009/126.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2021.

CIAVATTA, M. A Formação Integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Trabalho Necessário** [s.l.], v. 1, p. 1-28, 2005. Disponível em: www.uff.br/trabalhonecessario. Acesso em: 10 nov. 2021.

FONSECA, C. S. **História do Ensino Industrial no Brasil**. v. 1. Rio de Janeiro: Escola Técnica, 1961.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação**. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, G. Ensino médio e técnico profissional: disputa de concepções e precariedade. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, v. 6, n. 68, p. 28-29, mar. 2013. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/ensino-medio-e-tecnico-profissional-disputa-de-concepcoes-e-precariedade/>. Acesso em: 17 out. 2021.

GARCIA, S. R. O. O fio da história: a gênese da formação profissional no Brasil. *In*: GARCIA, S. R. O. **Trabalho e Crítica**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2000.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna**. 2. ed. Campinas: Editora Alinea, 2010.

- MANACORDA, M. A. **O princípio educativo em Gramsci**. 3. ed. Campinas: Alínea, 2019.
- NEVES, L. M. W. **A hora e a vez da escola pública**: um estudo sobre os determinantes da política educacional do Brasil de hoje. Rio de Janeiro: UFRJ, 1991.
- ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 2. ed. Campinas: Pontes, 2007.
- SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 8. ed. Campinas: Autores associados, 2003a.
- SAVIANI, D. **A nova lei da educação**: LDB, limite, trajetória e perspectivas. 8. ed. São Paulo: Autores Associados, 2003b.
- SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. 29^a REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 2006, Caxambu. **Anais...** Caxambu, 2006.
- SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2010.
- SHIROMA, O. E.;MORAES, M. C.; EVANGELISTA, O. **Política educacional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.
- VIDAL, E. M.; VIEIRA, S. L. **Políticas de Ensino Médio no Ceará**: escola, juventude e território. Fortaleza: Cenpec, 2016.

APÊNDICE A - CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

PERÍODO/ATIVIDADE	SET./OUT 2020	NOV./DEZ. 2020	JAN./ABR. 2021	MAIO/JUN. 2021	AGO./SET. 2021	OUT. 2021	NOV. 2021
Revisão bibliográfica Para determinar categoria	X						
Discussão teórica		X					
Desenho da pesquisa			X	X			
Elaboração roteiro de entrevistas				XX			
Contato com entrevistados				XX			
Observação e aplicação de entrevistas				XX			
Tratamento de dados coletados					X		
Redação da dissertação						X	
Defesa							X

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO AO GESTOR

Prezado(a) gestor(a),

Sou Rita de Cássia, aluna do curso de Mestrado Acadêmico em Avaliação de Políticas Públicas, da Universidade Federal do Ceará. Meu trabalho de pesquisa de conclusão de curso (Dissertação) trata da contribuição da Política de Educação Profissionalizante Integrada ao Ensino Médio no Estado do Ceará. Como recorte do público a ser estudado, escolhemos realizar a pesquisa junto a gestores, docentes e estudantes egressos da EEEP Adriano Nobre. Nesse sentido, solicitamos sua atenção no sentido de responder a esse instrumental. Não será necessário se identificar com nome.

Desde já, agradecemos sua colaboração para com esta pesquisa.

Rita de Cássia Cruz Pinto

Junho/2021

Idade _____

Sexo: () Masculino () Feminino () Outras definições

1. A escola fez algum trabalho de apresentação sobre o objetivo do ensino na EEEP?
() Faz uma apresentação dos cursos mas não da dinâmica de trabalho de uma EEEP.
() A escola fez uma apresentação da dinâmica de trabalho de uma EEEP mas não dos cursos.
() Fez uma apresentação dos cursos e da dinâmica de trabalho de uma EEEP.
() A escola não fez nenhum trabalho de apresentação dos cursos e nem da dinâmica de trabalho de uma EEEP.

2. Na sua percepção de gestor qual a finalidade da proposta de ensino nas EEEPs?
() Preparação dos jovens para mercado de trabalho.
() Preparação dos jovens de maneira integral com foco na formação humana.
() A possibilidade de preparação dos jovens para melhor desempenho nas avaliações externas.
() A possibilidade de ofertar uma educação integral que contemple formação humana e preparação para o mundo trabalho.

3. Na sua visão qual o interesse dos alunos ao ingressar numa EEEP?

- Após o curso, ingressar numa universidade.
- Após o término, ingressar no mercado de trabalho.
- Apenas concluir o ensino médio em uma escola de tempo integral.
- Estudar em uma escola com currículo diferenciado que oferta variadas possibilidades.

4. De acordo com sua experiência gestora na EEEP, as ações desenvolvidas têm incentivado os estudantes mais fortemente para:

- Ingressar em estudos numa universidade.
- Ingressar no mercado de trabalho.
- O incentivo é no sentido das duas vertentes, igualmente.
- Não percebo ações da escola para nenhuma dessas vertentes.
- Incentivo é no sentido de formação integral, na formação de jovens cidadãos conscientes para suas escolhas.

5. Uma das ações da EEEP é orientar o estudante para construção de seu projeto de vida. Qual sua percepção sobre esta ação?

- Considero importante, faz parte de nossa rotina revisitar o projeto de vida ao longo do ano.
- Considero importante porque é um componente curricular na matéria da aula de professor diretor de turma.
- Considero importante porque o diretor de turma orienta naquilo que o aluno deseja seguir.
- Apesar de importante, a escola não prioriza essa ação.

6. Na escola, o planejamento de aula é realizado de forma a integrar os conteúdos da base comum do ensino médio com os da base técnica.

- Sim, o planejamento coletivo entre professores objetiva alcançar essa complementaridade entre os conteúdos.
- Não, os grupos planejam separados, tanto os de conteúdos da base comum como os da base técnica, a integração ocorre apenas na forma de ensinar dos professores.
- Em tese sim, porém, na prática, ainda é difícil romper essa dualidade.

7. As EEEPs propõem em seus documentos norteadores, além da formação técnica e acadêmica, uma formação humana que forme o cidadão de forma integral para a vida fora da escola. Você percebe isso nesta escola?

- Sim, quem trabalha esse tema é o professor diretor de turma.
- Sim, todos os professores orientam com relação a essa formação para vida.

- Sim, os professores e a gestão trabalham para orientar nessa formação para a vida.
- Não, a escola não trabalha esse tipo de orientação para vida.

8. Como você define a dinâmica de ensino da EEEP em relação à postura do aluno com o compromisso com o estudo?

- Há cobrança maior nas disciplinas da base técnica.
- Há cobrança maior nas disciplinas da base comum.
- A preocupação maior é na formação acadêmica em relação às avaliações externas do Spaece, Enem, etc.
- A escola se preocupa tanto com a formação técnica/acadêmica quanto com a formação como pessoa/cidadão.

9. Você diria que a EEEP se preocupa em desempenhar seu papel de formar o estudante integralmente, ou seja, nos aspectos acadêmicos, técnicos e como pessoa?

- Sim, a escola se preocupa em formar o estudante em todos os aspectos, ou seja, de forma integral.
- Sim, mas prioriza os aspectos acadêmicos .
- Sim, mas prioriza os aspectos técnicos.
- Sim, mas prioriza a formação como pessoa.

10. Sobre sua vivência nas EEEPs, indique:

Aspectos

positivos:

Aspectos

negativos:

11. Você acredita que o jovem que conclui o ensino médio na EEEP tem suas expectativas atendidas? Comente de acordo com sua experiência gestora da EEEP.

12. OBRIGADA POR SUA PARTICIPAÇÃO! Use esse espaço para acrescentar algo que você acredita ser relevante, mas que não foi contemplado nas questões anteriores.

APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO EX-GESTOR

Prezado (a) gestor (a),

Sou Rita de Cássia, aluna do curso de Mestrado Acadêmico em Avaliação de Políticas Públicas, da Universidade Federal do Ceará. Meu trabalho de pesquisa de conclusão de curso (Dissertação) trata da contribuição da Política de Educação Profissionalizante Integrada ao Ensino Médio no Estado do Ceará. Como recorte do público a ser estudado, escolhemos realizar a pesquisa junto a gestores, docentes e estudantes egressos da EEEP Adriano Nobre. Nesse sentido, solicitamos sua atenção no sentido de responder a esse instrumental. Não será necessário se identificar com nome.

Desde já, agradecemos sua colaboração para com esta pesquisa.

Rita de Cássia Cruz Pinto

Junho/2021

Idade _____

Sexo: () Masculino () Feminino () Outras definições

1. A escola fez algum trabalho de apresentação sobre o objetivo do ensino na EEEP?
 - () Faz uma apresentação dos cursos, mas não da dinâmica de trabalho de uma EEEP.
 - () A escola fez uma apresentação da dinâmica de trabalho de uma EEEP, mas não dos cursos .
 - () Fez uma apresentação dos cursos e da dinâmica de trabalho de uma EEEP.
 - () A escola não fez nenhum trabalho de apresentação do cursos e nem da dinâmica de trabalho de uma EEEP .

2. Na sua percepção de gestor, qual a finalidade da proposta de ensino nas EEEPs?
 - () Preparação dos jovens para o mercado de trabalho.
 - () Preparação dos jovens de maneira integral, com foco na formação humana.
 - () A possibilidade de preparação dos jovens para melhor desempenho nas avaliações externas.
 - () A possibilidade de ofertar uma educação integral que contemple formação humana e preparação para o mundo trabalho.

3. Na sua visão, qual o interesse dos alunos ao ingressar numa EEEP?

- Após o curso, ingressar numa universidade.
- Após o término, ingressar no mercado de trabalho.
- Apenas concluir o ensino médio em uma escola de tempo integral.
- Estudar em uma escola com currículo diferenciado que oferta variadas possibilidades.

4. De acordo com sua experiência gestora na EEEP, as ações desenvolvidas têm incentivado os estudantes mais fortemente para:

- Ingressar em estudos numa universidade.
- Ingressar no mercado de trabalho.
- O incentivo é no sentido das duas vertentes, igualmente.
- Não percebo ações da escola para nenhuma dessas vertentes.
- Incentivo é no sentido de formação integral, na formação de jovens cidadãos conscientes para suas escolhas.

5. Uma das ações da EEEP é orientar o estudante para construção de seu projeto de vida. Qual sua percepção sobre esta ação?

- Considero importante, faz parte de nossa rotina revisitar o projeto de vida ao longo do ano.
- Considero importante porque é um componente curricular na matéria da aula de professor diretor de turma.
- Considero importante porque o diretor de turma orienta naquilo que o aluno deseja seguir.
- Apesar de importante, a escola não prioriza essa ação.

6. Na escola, o planejamento de aula é realizado de forma a integrar os conteúdos da base comum do ensino médio com os da base técnica?

- Sim, o planejamento coletivo entre professores objetiva alcançar essa complementaridade entre os conteúdos.
- Não, os grupos planejam separados, tanto os de conteúdos da base comum como os da base técnica, a integração ocorre apenas na forma de ensinar dos professores.
- Em tese sim, porém, na prática, ainda é difícil romper essa dualidade.

7. As EEEPs propõem em seus documentos norteadores, além da formação técnica e acadêmica, uma formação humana que forme o cidadão de forma integral para a vida fora da escola. Você percebe isso nesta escola?

- Sim, quem trabalha esse tema é o professor diretor de turma.
- Sim, todos os professores orientam com relação a essa formação para vida.

- Sim, os professores e a gestão trabalham para orientar nessa formação para vida.
- Não, a escola não trabalha esse tipo de orientação para vida .

8. Como você define a dinâmica de ensino da EEEP em relação à postura do aluno com o compromisso com o estudo?

- Há uma cobrança maior nas disciplinas da base técnica.
- Há cobrança maior nas disciplinas da base comum.
- A preocupação maior é na formação acadêmica em relação às avaliações externas do Spaece, Enem, etc.
- A escola se preocupa tanto com a formação técnica/acadêmica quanto com a formação como pessoa/cidadão.

9. Você diria que a EEEP se preocupa em desempenhar seu papel de formar o estudante integralmente, ou seja, nos aspectos acadêmicos, técnicos e como pessoa?

- Sim, a escola se preocupa em formar o estudante em todos os aspectos, ou seja, de forma integral.
- Sim, mas prioriza os aspectos acadêmicos .
- Sim, mas prioriza os aspectos técnicos.
- Sim, mas prioriza a formação como pessoa.

10. Sobre sua vivência nas EEEPs, indique:

Aspectos positivos:

Aspectos negativos:

11. Você acredita que o jovem que conclui o ensino médio na EEEP tem suas expectativas atendidas? Comente de acordo com sua experiência gestora da EEEP.

12. OBRIGADA POR SUA PARTICIPAÇÃO! Use esse espaço para acrescentar algo que você acredita ser relevante, mas que não foi contemplado nas questões anteriores.

APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO PROFESSORES

Prezado (a) professor (a),

Sou Rita de Cássia, aluna do curso de Mestrado Acadêmico em Avaliação de Políticas Públicas, da Universidade Federal do Ceará. Meu trabalho de pesquisa de conclusão de curso (Dissertação) trata da contribuição da Política de Educação Profissionalizante Integrada ao Ensino Médio no Estado do Ceará. Como recorte do público a ser estudado, escolhemos realizar a pesquisa junto a gestores, docentes e estudantes egressos da EEEP Adriano Nobre. Nesse sentido, solicitamos sua atenção no sentido de responder a esse instrumental. Não será necessário se identificar com seu nome.

Desde já, agradecemos sua colaboração para com esta pesquisa.

Rita de Cássia Cruz Pinto

Junho/2021

Idade _____

Sexo: () Masculino () Feminino

1. A escola faz algum trabalho de apresentação sobre o objetivo do ensino na EEEP?
 - () Fez uma apresentação dos cursos, mas não da dinâmica de trabalho de uma EEEP.
 - () A escola fez uma apresentação da dinâmica de trabalho de uma EEEP, mas não dos cursos .
 - () Fez uma apresentação dos cursos e da dinâmica de trabalho de uma EEEP.
 - () A escola não fez nenhum trabalho de apresentação do cursos e nem da dinâmica de trabalho de uma EEEP.

2. Na sua percepção de professor, qual a finalidade da proposta de ensino nas EEEPs?
 - () Preparação dos jovens para o mercado de trabalho.
 - () Preparação dos jovens de maneira integral, com foco na formação humana.
 - () A possibilidade de preparação dos jovens para melhor desempenho nas avaliações externas.
 - () A possibilidade de ofertar uma educação integral que contemple formação humana e preparação para o mundo trabalho.

3. Na sua visão, qual o interesse dos alunos ao ingressar numa EEEP?

- () Após o curso, ingressar numa universidade.
- () Após o término, ingressar no mercado de trabalho.
- () Apenas concluir o ensino médio em uma escola de tempo integral.
- () Estudar em uma escola com currículo diferenciado que oferta variadas possibilidades.

4. De acordo com sua experiência gestora na EEEP, as ações desenvolvidas têm incentivado os estudantes mais fortemente para:

- () Ingressar numa universidade.
- () Ingressar no mercado de trabalho.
- () O incentivo é no sentido das duas vertentes, igualmente.
- () Não percebo ações direcionadas da escola para nenhuma dessas vertentes.
- () Incentivo é no sentido de formação integral, na formação de jovens cidadãos conscientes para suas escolhas.

5. Uma das ações da EEEP é orientar o estudante para construção de seu projeto de vida. Qual sua percepção sobre esta ação?

- () Considero importante, faz parte de nossa rotina revisitar o projeto de vida ao longo do ano.
- () Considero importante porque é um componente curricular na matéria da aula de professor diretor de turma.
- () Considero importante porque possibilita preparação para o que o aluno deseja seguir.
- () Apesar de importante, a escola não prioriza essa ação.

6. Na escola é realizado planejamento de aulas que integram os conteúdos da base comum do ensino médio com os da base técnica?

- () Sim, o planejamento coletivo entre professores objetiva alcançar essa complementaridade entre os conteúdos.
- () Não, os grupos planejam separados, tanto os de conteúdos da base comum como os da base técnica, a integração ocorre apenas a forma de ensinar dos professores.
- () Em tese sim, porém, na prática, ainda é difícil romper essa dualidade.

7. As EEEPs propõem em seus documentos norteadores, além da formação técnica e acadêmica, uma formação humana que forme o cidadão de forma integral para a vida fora da escola. Você percebe isso nesta escola?

- () Sim, quem trabalha esse tema é o professor diretor de turma.
- () Sim, todos os professores orientam com relação a essa formação para vida.

- () Sim, os professores e a gestão trabalham para orientar nessa formação para vida.
- () Não, a escola não trabalha esse tipo de orientação para vida .

8. Como você define a dinâmica de ensino da EEEP em relação à postura do aluno com o compromisso com o estudo:

- () Há uma cobrança maior nas disciplinas da base técnica.
- () Há cobrança maior nas disciplinas da base comum do ensino médio.
- () A preocupação maior é na formação acadêmica em relação às avaliações externas do Spaece, Enem, etc.
- () A escola se preocupa tanto com a formação técnica/acadêmica quanto com a formação como pessoa/cidadão.

9. Você diria que a EEEP se preocupa em desempenhar seu papel de formar o estudante integralmente, ou seja, nos aspectos acadêmicos, técnicos e como pessoa:

- () Sim, percebo que a escola se preocupa em formar o estudante em todos os aspectos.
- () Sim, mas prioriza os aspectos acadêmicos .
- () Sim, mas prioriza os aspectos técnicos.
- () Sim, mas prioriza a formação como pessoa.

10. Sobre a sua vivência na EEEP, indique:

Aspectos positivos:

Aspectos negativos:

11. Você acredita que o jovem que conclui o ensino médio tem suas expectativas atendidas? Comente de acordo com sua experiência docente no ensino da EEEP.

12. OBRIGADA POR SUA PARTICIPAÇÃO! Use esse espaço para acrescentar algo que você acredita ser relevante, mas que não foi contemplado nas questões.

APÊNDICE E - QUESTIONÁRIO ALUNOS

Prezado (a) aluno (a),

Sou Rita de Cássia, aluna do curso de Mestrado Acadêmico em Avaliação de Políticas Públicas, da Universidade Federal do Ceará. Meu trabalho de pesquisa de conclusão de curso (Dissertação) trata da contribuição da Política de Educação Profissionalizante Integrada ao Ensino Médio no Estado do Ceará. Como recorte do público a ser estudado, escolhemos realizar a pesquisa junto a gestores, docentes e estudantes egressos da EEEP Adriano Nobre. Nesse sentido, solicitamos sua atenção no sentido de responder a esse instrumental. Não será necessário se identificar com nome.

Desde já agradecemos sua colaboração para com esta pesquisa.

Rita de Cássia Cruz Pinto

Junho/2021

IDENTIFICAÇÃO

Ano de conclusão: _____

Curso _____

Sexo: () Masculino () Feminino

Idade: _____

DADOS SOCIOECONÔMICOS

1. Grau de escolaridade:

a) () Nível médio completo.

b) () Graduação em andamento. Qual? _____

c) () Graduação completa. Qual? _____

d) () Outros. _____

2. Qual(quais) atividade(s) desempenha enquanto egresso? (Pode marcar mais de uma opção)

a) () Estou empregado formalmente (carteira de trabalho assinada).

- b) Trabalho, mas não possuo vínculo empregatício.
- c) Sou estagiário na área de _____
- d) Estudo.
- e) Autônomo.
- f) Estou desempregado. Há quanto tempo? _____
- g) Outros: _____

3. Renda bruta pessoal: a sua remuneração mensal hoje se enquadra em qual faixa:

- a) Não tenho renda.
- b) Até 1 salário mínimo.
- c) Entre 1 e 2 salários mínimos.
- d) Entre 2 e 3 salários mínimos.
- e) Acima de 3 salários mínimos.

ASPECTOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS

4. Qual sua motivação inicial para cursar o ensino médio em uma EEEP?

- A possibilidade de fazer um curso técnico paralelo ao ensino médio.
- O fato desta oferecer tempo de integral.
- A propaganda da EEEP na mídia em geral.
- A propaganda da EEEP pelos próprios colegas que já estudaram na escola.
- A iniciativa foi dos meus pais, e não minha.

5. Qual era sua expectativa ao ingressar numa EEEP?

- Após o curso, ingressar numa universidade.
- Após o término, ingressar no mercado de trabalho.
- Apenas estudar em uma escola de educação profissionalizante.
- Estudar em uma escola com currículo diferenciado que oferta variadas possibilidades.

6. De acordo com sua vivência na EEEP, as ações desenvolvidas têm incentivado os estudantes mais fortemente para:

- Ingressar numa universidade.
- Ingressar no mercado de trabalho.
- O incentivo é no sentido das duas vertentes, igualmente.

- () Não percebo ações da escola para nenhuma dessas vertentes.
- () Nenhuma das anteriores.

7. A escola fez algum trabalho de apresentação sobre o objetivo do ensino na EEEP?

- () Fez uma apresentação dos cursos, mas não da dinâmica de trabalho de uma EEEP.
- () A escola fez uma apresentação da dinâmica de trabalho de uma EEEP, mas não dos cursos .
- () Fez uma apresentação geral tanto dos cursos e da dinâmica de trabalho de uma EEEP.
- () A escola não fez nenhum trabalho de apresentação do cursos e nem da dinâmica de trabalho de uma EEEP .

8. Uma das ações da EEEP é orientar o estudante para construção de seu projeto de vida. Qual sua percepção sobre esta ação?

- () Considero importante, faz parte de nossa rotina revisitar o projeto de vida ao longo do ano.
- () Considero importante porque é mais uma matéria da aula de professor diretor de turma.
- () Considero importante porque o diretor de turma nos orienta naquilo que desejamos seguir.
- () Apesar de importante, a escola não prioriza essa ação.
- () Considero muito importante, pois na metodologia da EEEP todos os componentes são importante e se complementam.

9. No dia a dia da sala da escola, inclusive, especialmente na sala de aula, você percebia relação entre conteúdos da base comum do ensino médio e os da base técnica?

- () Os conteúdos são ministrados de forma que se complementam em sala de aula.
- () Não percebo nenhuma relação dos conteúdos da base comum com os da base técnica, apenas a forma de ensinar dos professores.
- () Não percebo nenhuma relação, é como se fossem dois cursos diferentes, inclusive a forma de ensinar dos professores .

10. As EEEPs propõem em seus documentos norteadores, além da formação técnica e acadêmica, uma formação humana que forme o cidadão de forma integral para a vida fora da escola. Nas aulas era possível perceber isso?

- () Sim, quem trabalha esse tema é o professor diretor de turma.
- () Sim, todos os professores nos orientam com relação a essa formação para vida.
- () Sim, os professores e a gestão trabalham para nos orientar nessa formação para vida.

() Não, a escola não trabalha esse tipo de orientação para vida .

11. As EEEPs têm uma dinâmica que exige responsabilidade do estudante, uma maior dedicação em relação ao estudo. Como você percebe isso?

() A cobrança maior é nas disciplinas da base técnica.

() A cobrança é maior nas disciplinas da base comum do ensino médio.

() Preocupação na formação acadêmica em relação às avaliações externas do Spaece, Enem, etc.

() A escola se preocupa tanto com a formação técnica/acadêmica quanto com a formação como pessoa/cidadão.

12. O trabalho desenvolvido pelos profissionais da EEEP se preocupa em desempenhar seu papel de formar o estudante integralmente, ou seja, nos aspectos acadêmicos, técnicos e como pessoa?

() Sim, percebo que a escola se preocupa em formar o estudante em todos os aspectos.

() Sim, mas prioriza os aspectos acadêmicos.

() Sim, mas prioriza os aspectos técnicos.

() Sim, mas prioriza a formação como pessoa.

() Não, em decorrência do tempo não há como promover a educação integral.

13. De acordo com sua experiência, qual deficiência você identifica no processo de formação na EEEP? Sobre sua vivência na EEEP, indique:

() Falta de materiais e recursos.

() Fragilidade dos conteúdos.

() Inexistência da relação teoria e prática.

() A estrutura do estágio.

() Prática diferente do que se propaga.

() Não identifiquei deficiência.

14. Sobre as disciplinas cursadas, qual(quais) você acredita que mais contribuiu(contribuíram) para a formação? Explique.

15. Sobre sua vivência na EEEP, indique: aspectos positivos e aspectos negativos.

Aspectos positivos:

Aspectos negativos:

16. Você indicaria o curso para alguém? Justifique.

17. Durante o curso, você pensou em desistir? Justifique.

18. Após concluir o ensino médio, suas expectativas foram atendidas? Comente.

19. OBRIGADA POR SUA PARTICIPAÇÃO! Use esse espaço para acrescentar algo que você acredita ser relevante, mas não foi contemplado nas questões anteriores.
